

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL - UNINTER
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**PAOLA OHREM
RU 2797580**

**A INSERÇÃO DA MULHER NEGRA NA DOCÊNCIA NO CURSO DE SERVIÇO
SOCIAL EM CURITIBA.**

**CURITIBA
2022**

PAOLA OHREM

**A INSERÇÃO DA MULHER NEGRA NA DOCÊNCIA NO CURSO DE SERVIÇO
SOCIAL EM CURITIBA.**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado à disciplina e Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Prof^ª. Me. Raquel Araújo Barcelos

CURITIBA

2022

PAOLA OHREM – RU 2797580

**A INSERÇÃO DA MULHER NEGRA NA DOCÊNCIA NO CURSO DE SERVIÇO
SOCIAL EM CURITIBA.**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, apresentado à disciplina de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER / Curitiba-PR, como requisito final para a obtenção do título de Bacharel.

Aprovado em: ____ de _____ de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Professor 1 (Titulação e nome completo)
Instituição 1

Professor 2 (Titulação e nome completo)
Instituição 2

Professor 3 (Titulação e nome completo)
Instituição 3 (Orientador)

A todas nós, pretas e pardas que lutamos diariamente por um espaço digno em nossa sociedade.

AGRADECIMENTOS

Desde muito pequenas nós, mulheres pretas aprendemos com nossas antecessoras, que a vida nunca será fácil. A construção da nossa identidade enquanto mulher negra, será de muitos conflitos e desafios. Individuais, coletivos e sociais. Precisamos aprender desde muito cedo, que o racismo é estrutural, e replicada em pequenas falas do nosso dia a dia.

Quando somos pardas, não somos tão negras para pertencer a um grupo de mulheres negras e nem tão branca para fazermos parte de um grupo de mulheres brancas. Em algum momento de nossas vidas, criaremos nossa identidade racial e eu tive a sorte de ter uma vó que desde muito pequena me ensinou o que é ser uma mulher negra. A ela, ao meu avô (que já não estão mais entre nós) e a minha mãe, sempre terei eterna gratidão por ser quem eu sou e pelo meu interesse em ser pesquisadora.

Posso dizer que sou privilegiada não só por poder concluir mais uma faculdade, mas por sempre ter pessoas em minha vida, que sempre me motivaram a estudar e buscar conhecimento. Agradeço a minha família e ao meu namorado por sempre embarcarem nas minhas ideias e de darem forças para não desistir e desanimar, todos os dias.

Agradeço ao Curso de Serviço Social, por ter me escolhido. Agradeço a todos os professores e professoras do curso de Serviço Social da Uninter, por despertar em nós um ser humano crítico, propositivo e por nos despertar o interesse em pesquisar.

Em especial, agradeço a professora Thayz Conceição Cunha de Athayde, pelas trocas e por ter me acolhido no Grupo de Pesquisa “Gênero e Sexualidade: Intersecções” e a professora Raquel Barcelos de Araújo, pela paciência, ajuda, carinho, atenção e principalmente pela disponibilidade. Vocês serão sempre inspiração e representatividade.

Agradeço a professora Adriane Bühner Baglioli Brun e ao Professor Marcos Klazura, por me ajudarem no momento mais crítico da minha formação. Sem vocês, certamente não estaria onde estou. Sempre serão inspiração como Coordenadores, Supervisores, professores, profissionais e como pessoas.

Agradeço também aos colegas e amigos que de formação, sem eles realmente a jornada seria deveras mais difícil. Por fim agradeço a instituição de ensino pela bolsa

de estudo como pesquisadora e como monitora, pois sem ela, não teria nem iniciado o curso.

Agradeço o professor Dorival Costa e a professora Rafaela Pereira da Rocha, que mesmo não estão mais entre nós, mas muito nos ensinaram e ensinam todos os dias.

“Como negra, não quero mais ser objeto da pesquisa, e sim o sujeito da pesquisa”.

(Djamila Ribeiro, 2018, p.55)

RESUMO

Falar sobre gênero e raça, será sempre singular e particular. Tratar sobre esses assuntos, despertam angústias e feridas que já mais serão esquecidas. Isso porque o processo identitário, não é apenas delicado, mas ele exige individualidade. O poder ser, gera para mulher preta ou parda um apagamento literal e histórico. Portanto, em uma sociedade colonial branca, a fala e discussão sobre mulher negra, negligenciada. Sendo assim e tendo em vista todo um processo histórico, é nosso dever poder falar sobre nós mesmas e nossas experiências, para não passarmos de forma despercebidas nas mais diversas eixos estruturantes da sociedade. Neste sentido, o presente trabalho de conclusão de cursos, teve como objetivo geral: refletir sobre a trajetória docente de mulheres negras que atuam em faculdades de Serviço Social na modalidade presencial em Curitiba. Para que este fosse atingido, elencou-se os seguintes objetivos específicos: compreender a diáspora africana e história das mulheres negras; entender a relação de raça e gênero, a partir da definição da interseccionalidade, trazendo o feminismo negro; realizar uma revisão de literatura sobre a inserção da mulher negra no mercado de trabalho e na docência em Serviço Social no Brasil e apresentar a trajetória docente de mulheres negras que atuam em faculdades de Serviço Social na modalidade presencial em Curitiba. Para que estes objetivos fossem atingidos, o método que norteou o desenvolvimento da pesquisa foi o materialismo histórico-dialético a partir de uma revisão sistemática bibliográfica de literatura a respeito da inserção da mulher negra na docência nos Cursos de Serviço Social em Curitiba. Para que se desenvolvesse de forma coesa, foi inicialmente realizado um estudo sobre a formação sócio-histórica, racismo estrutural, reflexões sobre o processo de racialização, interseccionalidade, gênero e feminismo negro, para que sequencialmente fossem exploradas as plataformas Rede de Revistas Científicas de Acesso Aberto Diamond (Redalyc), Catálogo de Teses e Dissertações Capes e Plataforma periódico *SciELO*. Tomou como norte as questões estruturantes, a saber: a área do conhecimento que predomina os estudos selecionados, a política pública em que as produções se vinculam, o estado que se destaca na elaboração de produções, além de apontar quem são os autores que tem se debruçado a pesquisar sobre elementos sobre gênero raça, mercado de trabalho e serviço social e como essa expressão da questão social tem sido abordada por diferentes prismas. Ademais, a partir da realização do trabalho, foi possível perceber que a trajetória histórica da mulher negra no Brasil, até a contemporaneidade. Motivo pelo qual houve a possibilidade de compreender qual o papel da mulher negra e o que ela vem representando longo dos anos, socialmente. Foi realizada a análise de conteúdo para correlacionar a historicidade e revisão sistemática de leitura. E por fim, pudemos compreender qual a trajetória docente de mulheres negras que atuam em faculdades de Serviço Social na modalidade presencial em Curitiba.

Palavras-chave: Gênero, Raça, Mercado de Trabalho, Serviço Social.

ABSTRACT

Talking about gender and race will always be unique and private. Dealing with these matters, they arouse anguish and wounds that will be forgotten more. This is because the identity process is not only delicate, but it requires individuality. The power to be, generates for black woman or brown a literal and historical awoman. Therefore, in a white colonial society, the speech and discussion about black women, neglected. Thus, in view of a whole historical process, it is our duty to be able to talk about ourselves and our experiences, so as not to go unnoticed in the most diverse structuring axes of society. In this sense, the present work of completion of courses, had as general objective: to reflect on the trajectory of black women who work in social service colleges in the face-to-face modality in Curitiba. For this goal to be achieved, the following specific objectives were set: to understand the African diaspora and the history of black women; understand the relationship of race and gender, from the definition of intersectionality, bringing black feminism; conduct a literature review on the insertion of black women in the labor market and teaching in Social Work in Brazil and present the teaching trajectory of black women who work in social service colleges in the face-to-face modality in Curitiba. In order to achieve these objectives, the method that guided the development of the research was historical-dialectical materialism based on a systematic literature literature review on the insertion of black women in teaching in social work courses in Curitiba. In order to develop in a cohesive way, a study was initially carried out on socio-historical formation, structural racism, reflections on the process of racialization, intersectionality, gender and black feminism, so that sequentially the platforms Network of Scientific Journals of Open Access Diamond (Redalyc), Catalogue of Theses and Dissertations Capes and SciElo Periodic Platform *were explored sequentially*. It took as its north the structuring issues, namely: the area of knowledge that predominates the selected studies, the public policy in which the productions are linked, the state that stands out in the elaboration of productions, besides pointing out who are the authors who have focused on researching about elements about gender race, labor market and social service and how this expression of the social issue has been approached through different perspectives. Moreover, from the accomplishment of the work, it was possible to perceive that the historical trajectory of black women in Brazil, up to contemporaneity. That's why there was the possibility of understanding what role black woman has played and what she has been representing over the years, socially. Content analysis was performed to correlate historicity and systematic reading review. Finally, we were able to understand the teaching trajectory of black women who work in social work colleges in the face-to-face modality in Curitiba.

Key-words: Gender, Race, Labormarket, Social Service.

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 - Produções Seleccionadas	45
---	-----------

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Categoria de Busca	41
Tabela 2 - Relevância	41
Tabela 3 - Área de conhecimento	42
Tabela 4 - Resumo da produção por descritores	42
Tabela 5 - Quantidade de Autor por produção	42
Tabela 6 - Quanto ao Gênero dos autores	43
Tabela 7 - Produções por Estado.....	43
Tabela 8 - Locais que mais publicaram os estudos analisados.....	44
Tabela 9 - Política vinculada.....	44
Tabela 10 - Metodologia mais usada	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	EU E ELES: NÓS, PRETOS E PARDOS.....	18
2.1	FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA: RACISMO ESTRUTURAL	18
2.2	EU E ELAS: NÓS MULHERES NEGRAS	23
2.3	VER EM CORES	26
3	MULHER, MULHERES NEGRAS E LUTAS: ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	30
3.1	GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.....	30
4	TENTATIVA DE SAÍDA DA INVISIBILIDADE: ENGREGIMENTO EM PAUTA 36	
4.1	A MULHER NEGRA NA DOCÊNCIA EM SERVIÇO SOCIAL.....	36
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intenciona pesquisar sobre a trajetória docente de mulheres negras que atuam em faculdades de Serviço Social, na modalidade presencial em Curitiba. O interesse pelo tema surgiu a partir da troca de conhecimento obtidos com no Grupo de Pesquisa da Instituição de Ensino UNINTER, vinculado ao Curso de Serviço Social: Gênero e Sexualidade: Intersecções.

Destaca-se que o termo interseccionalidade é um conceito, proposto por Kimberlé Williams Crenshaw, em 1989, “sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos” (2002, p.10), ou seja, “quando mulheres negras sofrem discriminação de gênero, iguais às sofridas pelas mulheres dominantes, devem ser protegidas, assim quando experimentam discriminações raciais que as brancas frequentemente não experimentam” (2002, p.9).

Assim sendo, compreendemos que historicamente a humanidade conheceu diferentes formas de produção de desigualdades sociais, porém a mais antiga foi a escravidão, pelo fato de definir indivíduos como propriedade de outros indivíduos, fazendo com que as pessoas escravizadas fossem o grupo social mais segregado na formação social.

No Brasil, ainda existe um preconceito exacerbado, tendo em vista a formação social com base no modelo colonialista e escravocrata. Deste modo, a cor de pele da pessoa (fenótipo) se tornou determinante uma vez que “institucionalmente, definiu-se branco e negro enquanto raças, e preto, pardo e branco enquanto “cores” (TEIXEIRA, 2021, p. 13).

Com o intuito de expandir territórios e gerar acumulação de capital para as nações europeias, o colonialismo moderno necessitou oferecer justificativa “racional” para os atos praticados visando a realização desses objetivos (TEIXEIRA, 2021, p. 11). Portanto, o preconceito e a discriminação não são apenas sequelas da escravidão, mas desenvolvem novas formas e significados para a sociabilidade brasileira, mesmo depois da abolição.

A naturalização das diferenças e desigualdades raciais são fatores que se combinam e são intrínsecos um ao outro, contribuem para a fragmentação da identidade do negro (a), e não permitem que o indivíduo perceba a lógica

perversa existente nas expressões das desigualdades e diferenças a que são submetidos cotidianamente, sobre tudo por consequência da sua pertença étnico-racial. O que resulta de tal lógica é a ausência de alternativas, no desenvolvimento de uma relação coletiva, contrárias à posição de inferioridade que lhes são atribuídas constantemente”. (DIAS, 2015, p. 313)

Ressaltamos que a discriminação praticada contra as mulheres viola os princípios da igualdade de direitos e de respeito à dignidade humana preconizada na Declaração Universal dos Direitos Humanos¹ (1948). Essa prática, dificulta a participação das mulheres nas mesmas condições que os homens, seja na vida política, social, econômica, profissional e cultural do seu país, criando obstáculos ao crescimento do bem-estar da sociedade.

Neste sentido, é possível entender, segundo Alves; Alencar; Pinheiro e Mota (2020, p. 5), que:

As vulnerabilidades que marcam o mercado de trabalho no Brasil são singularmente sentidas quando se considera a inserção da mulher negra no mundo do trabalho. A herança da tradição escravocrata e patriarcalista no conjunto da sociedade brasileira reservou historicamente às mulheres negras a inclusão tardia, a deficiência na formação educacional e profissional, além do empobrecimento dessa população, onde dominam ocupações precárias e mal remuneradas. (ALVES; ALENCAR; PINHEIRO; MOTA, 2020, p. 5).

Portanto, diante das considerações feitas e a partir da perspectiva da interseccionalidade, essa pesquisa buscou refletir sobre a relação de gênero, raça e docência no Serviço Social. Desta forma, “trazer ancestralidade, identidade negra para dentro dos discursos é travar enfrentamentos (...), a fim de apresentar uma nova ordem de discurso, em que a identidade e a mulher negra não são objetos, mas sim sujeitos da narrativa” (COSTA, 2018, p.67)

Sendo assim, no decorrer da pesquisa, foram trazidos elementos na tentativa de responder o seguinte problema de pesquisa: Qual a trajetória docente de mulheres negras que atuam em faculdades de Serviço Social na modalidade presencial em Curitiba?

Para responder a esse problema de pesquisa, traçamos como objetivo geral: refletir sobre a trajetória docente de mulheres negras que atuam em faculdades de Serviço Social na modalidade presencial em Curitiba. Sendo, portanto,

¹ Declaração Universal dos Direitos Humanos – adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por>.

delimitado os seguintes objetivos específicos, para que fosse desenvolvido de forma coesa: compreender a diáspora africana e história das mulheres negras; entender a relação de raça e gênero, a partir da definição da interseccionalidade, trazendo o feminismo negro; realizar uma revisão de literatura sobre a inserção da mulher negra no mercado de trabalho e na docência em Serviço Social no Brasil e apresentar a trajetória docente de mulheres negras que atuam em faculdades de Serviço Social na modalidade presencial em Curitiba.

O Serviço Social no Brasil possui historicidade, uma vez que é constituído pelo processo histórico e pelo contexto social. Assim sendo, vem sendo desafiado a alterar seus valores, identidade e compromissos. Percebemos então, que tem passado por modificações, enquanto categoria profissional, que impulsiona a se construir e desconstruir ou dar significado e se resignificar.

Anteriormente, vinculado a igreja católica, atualmente a profissão tornou-se laica e seu projeto profissional é emancipatório, isso porque no decorrer de sua história houve o rompimento com o conservadorismo. Por este motivo, a escolha do tema justifica-se pela relação da profissão com o combate e enfrentamento ao racismo e a urgência em se falar sobre a inserção das mulheres negras no campo da docência e na formação profissional em Serviço Social. Temas esses indispensáveis para a profissão e para a sociedade, por trazer relevância acadêmica, histórica e social, mostrando-se ser um tema de grande relevância.

É oportuno salientar que revelar nossas angústias de forma escrita, produz não apenas reflexões próprias sobre o tema, mas oportuniza que outras pessoas tenham a possibilidade de sabê-las e ainda dar continuidade a estudos e pesquisas sobre o tema. O que é importante para outros pesquisadores, para a academia, para a sociedade e principalmente para as categorias que tem o tema em questão como interesse.

Desta feita, definimos o nosso caminho metodológico aplicado na pesquisa, entendendo que segundo Minayo (2007):

“A metodologia indica as opções e a leitura operacional que o pesquisador faz do quadro teórico. A autora afirma que a metodologia determina não somente a fase de exploração de campo, mas também a definição de instrumentos e procedimentos para análise de dados” (MINAYO, 2007).

O papel do sujeito é fundamental para o processo de pesquisa (...) neste processo, os instrumentos e também as técnicas de pesquisa são os mais variados. (NETTO, 2011, p. 25-26). A pesquisa teve como base o método do materialismo

histórico-dialético. Segundo Medeiros e Sviercoski (2020, p. 66), “o método científico dialético procura uma perspectiva relacional entre sujeito e objeto; desse modo, esse método traz uma proposta inovadora e diferente”. Ou seja, o materialismo dialético “se apresenta, em seu pensamento, como possibilidade para a compreensão da realidade que dele resulta, isto é, decorrente do metabolismo homem-natureza produzido pela atividade humana em sua complexidade e movimento” (MARTINS; LAVOURA, 2018, p. 232). A pesquisa, portanto, teve uma abordagem qualitativa, que expressa a intuição, a exploração e o subjetivismo.

Na verdade, essa pesquisa tem por objetivo evidenciar o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não é só a minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas é também o que eu o sujeito tem a me dizer sobre a respeito. Parte-se de uma perspectiva muito valiosa, porque à medida que se quer localizar a percepção dos sujeitos, torna-se indispensável – e este é um outro elemento muito importante – o **contato direto com o sujeito da pesquisa**. Trata-se, portanto, de outra ambiência, onde vamos privilegiar instrumentos que superam o questionário, o formulário e que vão incidir mais na narrativa oral, na oralidade. Se queremos conhecer modos de vida, temos que conhecer as pessoas. Esse é o motivo pelo qual as pesquisas qualitativas privilegiam o uso de uma abordagem em que o contato do pesquisador com o sujeito é muito importante. (MARTINELLI, 1999, p. 23-14) (Grifo do autor)

Um primeiro pressuposto é o de reconhecimento da singularidade do sujeito. Cada pesquisa é única (MARTINELLI, 1999), e é justamente que este tipo de abordagem foi escolhido, por segundo Setúbal (1999, p. 61-62), constituir-se uma “forma de olhar para as comunicações (...), poderá conduzir à produção de um novo conhecimento”.

Como procedimento de coleta de dados, utilizamos a pesquisa bibliográfica, feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, página de web site. Adotamos também como procedimento tanto a pesquisa documental, que trilha caminhos semelhantes da pesquisa bibliográfica, mas “recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico” como a pesquisa de campo, que “realiza coleta de dados junto a pessoas, com recursos de tipos de pesquisa.” (FONSECA, 2002, p. 32).

Tendo em vista a pergunta de pesquisa, antes executá-la para o Trabalho de Conclusão de Curso, optou-se por fazer uma pesquisa de sondagem sobre as profissionais docentes nos cursos presenciais de Serviço Social em Curitiba. Ou seja, houve uma pesquisa, para verificar a possibilidade do desdobramento do estudo.

Segundo Bueno (2014, p.1), “a sondagem de opinião é um tipo de entrevista estruturada que pode ser utilizada para a elaboração de uma monografia através da técnica de Pesquisa de Campo. Pode ser realizada por meio de entrevistas, questionários e observação direta”.

A partir da sondagem realizada, foi observado que não haveria a possibilidade do desenvolvimento da pesquisa de campo, tendo em vista que o único sujeito de pesquisa encontrado, seria a orientadora da pesquisa, e, portanto, não viabilizaria a pesquisa. Sendo assim, optou-se pelo desenvolvimento de uma pesquisa de revisão sistêmica da leitura a respeito da temática que trata sobre mulheres negras na área da docência em Serviço Social. Para Rother (2007, p. 1) revisões sistemáticas são “(...) trabalhos originais, pois além de utilizar como fonte, dados da literatura sobre determinado tema, são elaborados com rigor metodológico”.

Para a análise do resultado da pesquisa desenvolvida, lançamos mão da análise de conteúdo de Bardin (2011), que segundo Medeiros e Sviercoski (2020, p. 206-207), “significa descrever e interpretar todas as formas em que se apresenta, seja texto, seja documento, seja filmagem”. Ou seja, este tipo de análise, contribui para que o pesquisador alcance uma abordagem que vá além da leitura superficial, a tornando mais que uma técnica.

Feitas essas considerações, é oportuno destacar que o trabalho se estruturou da seguinte forma: o primeiro capítulo, falou sobre a diáspora africana, formação sócio-histórica, racismo estrutural, interccionalidade e raça o segundo capítulo sobre a história das mulheres negras, a fim de compreender a relação de raça e gênero, a partir do feminismo negro, abordando a questão do mercado de trabalho.

O terceiro capítulo, procurou realizar uma revisão de leitura sobre a inserção da mulher negra no ensino superior e na docência em Serviço Social no Brasil e a trajetória docente de mulheres negras que atuam em faculdades de Serviço Social na modalidade presencial em Curitiba, a partir da realização de pesquisa sistêmica. Na sequência foram tecidas as considerações finais.

2 EU E ELES: NÓS, PRETOS E PARDOS

*Ovelhas negras desde sempre acompanham-me.
A fase negra vem, era nós também sim.
Na linha pontilhada vou indo lindo indo.
Na terra cuja o herói matou um milhão de índios.
Pelas marginais os pretos agem como reis (reis)
Gostar de nós tanto faz, tanto fez (fez)
Me degradar pra agradar vocês? (nunca!)
(Somos o que somos – Racionais Mc's)*

Este capítulo destina-se a fazer breves considerações sobre a diáspora africana e a história das mulheres negras, a fim de compreender a relação de raça e gênero, a partir das reflexões trazidas pelo feminismo negro. “Em nossa sociedade branca e elitista, tecer narrativas em que identidades negras e de gênero, em que a mulher negra é foco, sujeito, produtora de escrita, é abrir espaço para denúncias de desigualdades sociais” (COSTA, 2018, p. 68).

Entender que “o imaginário brasileiro, pelo racismo, não concebe reconhecer que as mulheres negras são intelectuais” (EVARISTO, 2017, p. 2). Nós, mulheres negras, seremos sempre diminuídas quando falarmos sobre nossa intelectualidade, reféns de um esteriótipo cultural branco pautado em nossos corpos, materializados como um espetáculo para assistirem e desrespeitarem.

2.1 FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA: RACISMO ESTRUTURAL

O Brasil é um país extraordinariamente africanizado. E só a quem não conhece a África pode perceber o quanto há de africano nos gestos, nas maneiras de ser e viver e no sentimento estético do brasileiro (COSTA E SILVA, 2003). Porém, há quem só conheça o povo africano da forma contada pela branquitude colonializada, sem conhecer seu real sofrimento e a resitência.

No final do século XIX, quando os europeus ocupam, de fato, o continente, resultado do desenvolvimento de novas tecnologias e devido às necessidades econômicas, a colonização e a exploração direta dos africanos e suas riquezas em seu próprio território passaram a substituir o tráfico de pessoas. Em todo aquele período, o trânsito de pessoas, culturas, tecnologias e conhecimentos, estabelecidos entre a África e o resto do mundo, foi constante e intenso em todas as direções. (SANTOS, 2008, p. 183).

Segundo Flor (2017), o Negro surge não na África, mas na relação colonial entre os povos, culturas e tradições de origem africana e a Europa. Ou seja, surge das relações, que para a autora é o colonialismo que cria, inventa o Outro/ o Homem

Negro no exato momento em que nega a sua humanidade, extraíndo-lher a possibilidade de se reconhecer simplesmente como Homem.

Nesse sentido, entendemos a importância de contextualizar a diáspora africana, a fim de compreender a escravização do povo africano. Para Reis (2012), a noção de diáspora tem correspondido a exílio forçado, dor e sofrimento, visto sua referência à dispersão dos judeus exilados da Palestina depois da conquista babilônica”, o que demonstra um processo de migração forçada da população negra.

A diáspora traz em si a idéia do deslocamento que pode ser forçado como na condição de escravo, resultado de guerras, perseguições políticas, religiosas ou desastres naturais. Também pode ser uma dispersão incentivada ou espontânea de grandes massas populacionais em busca de trabalho ou melhores condições de vida. (SANTOS, 2008, p. 181)

Percebemos, o quanto para os povos africanos foi terrível os precedimentos adotados para seu transporte para lugares inimagináveis. A racionalidade ocidental foi usada para eliminar e oprimir e sempre justificou o terror racial, a guerra ao diferente, o genocídio e a escravidão daquele que era definido como inferior (SANTOS, 2008). Deste modo, é importante destacar que “na perspectiva conceitual, o termo “diáspora” tem origem na Grécia e significa dispersão de povos, por motivos políticos ou religiosos. Este conceito surgiu pela primeira vez devido ao movimento de dispersão dos judeus no mundo antigo. Um conceito mais aprofundado merece abordagens antropológica, sociológica e histórica” (BASTOS, 2015, p. 68).

Esse contexto - marcado por violência, dominação e opressão, mas também por resistências, lutas, negociações culturais, movimentos e trânsitos de distintas ordens, transmigrações de pessoas, de objetos, de práticas e de discursos - deu origem a uma série de rupturas em ideias que emergiram para estabelecer um estatuto absoluto a noções como cultura, etnia e nacionalidade. Ideias que assombram, até hoje, o pensamento ocidental. Foram e são as experiências de troca e de reconfigurações territoriais e extraterritoriais entre esses povos que possibilitaram essas rupturas. (REIS, 2012, p. 19)

Durante os séculos XV ao XIX, período do tráfico negreiro, houve em grande escala, a diáspora de povos africanos por toda Europa, Ásia e América, “oscilando entre cinco e dez milhões de pessoas que teriam sido arrancadas da África” (SANTOS, 2015, p. 182). Diante dos números, é notório e expressivo entender que houve presença africana em todas as partes do mundo.

Conforme Santos (2015), o tráfico internacional criou um mercado de pessoas que desestruturou reinos e nações, arrasou regiões, incrementou guerras e

revoluções. Bastos (2015, p. 66), destaca que o Brasil registra as maiores estatísticas de importação forçada de contingentes populacionais africanos do século XVI ao XIX. Ainda, reforça que nesse período se constituíram as mais significativas e duradouras extensões territoriais das rotas do tráfico negreiro. Período que retrata um grande volume de africanos transportados para o Brasil, fato este que para Carvalho (2010) altera a função social do escravo, passando assim a se tornar mercadoria e posse dos seus senhores.

É relevante destacar que este foi um processo truculento, desumano, violento de captura, realizado por outros negros. Para Reis (2012), nesse processo traumático surge o sentimento de perda, considerando a forma como essas pessoas foram retiradas do convívio com seus familiares e sendo impossibilitadas de retornar a sua terra de origem.

Chegando em solo brasileiro “os negros eram separados de seus familiares e colocados com povos de línguas diferentes para evitar a comunicação entre eles.” (MOTA; MATOS; PEREIRA; 2019, n.p. apud SANTOS, 2022, p.19). Assim como em todo o país, o sistema escravagista era muito forte também nos estados do sul, conforme pontuado por Gutiérrez (2006, p. 101):

Já o afluxo ao Paraná dos primeiros escravos de origem africana deveu coincidir com a fundação em 1648 de Paranaguá, no litoral, o primeiro núcleo populacional português instalado na região, em decorrência da descoberta de ouro nas redondezas. Não tardou muito e o metal precioso foi também descoberto serra acima, nos campos de Curitiba. Os novos colonos, vindos principalmente de núcleos setentrionais da capitania de São Paulo, trouxeram possivelmente os primeiros escravos negros para trabalhar na extração e lavagem do metal. (GUTIÉRREZ, 2006, p.101)

Por mais que o período escravagista seja minimizado na história do Paraná, muitas vezes incorporados a entrada de imigrantes, esse período histórico não perde sua relevância, visto que o regime escravagista é uma tragédia presente em todo território brasileiro (SANTOS, 2022). O que demonstra que a escravidão da população negra era a nível nacional e não era minimizado com a imigração no país.

Segundo Souza e Muniz (2017, p. 88), “os efeitos da diáspora africana no Brasil estendem-se para além de uma descendência genética”. No final do século XIX deu-se início a um movimento conhecido como tese do branqueamento. Devido ao debate sobre a modernização no Brasil ficou claro que a maior parte da população brasileira era composta por pessoas não brancas, então a elite intelectual brasileira colocou em pauta a questão social do Brasil (SANTOS, 2022). Portanto, é importante destacar

que a noção de diferença marca, justamente os limites e as fronteiras epistemológicas e ontológicas do ocidente (FLOR, 2017, p. 166). Ou seja, de onde ela vem, suas bases e a identificação do que realmente existe.

Sendo assim, devemos compreender as diferenças entre os imigrantes e os africanos escravizados (SANTOS, 2022), que direcionam para a inferiorização dos africanos diante dos europeus. A exemplo, a mudança da mão de obra para imigrantes, segundo Paiva (2013), no Paraná, mais precisamente em Curitiba, devido a economia local ser diferente dos demais estados brasileiros a entrada dos imigrantes estava sendo custeada por particulares, gerando assim uma dívida do imigrante com o empregador.

Os imigrantes trabalhavam para pagar a dívida, mas os empregadores arcavam com os custos de vida desse trabalhador, gerando assim um prejuízo ao empregador “eles argumentavam que não teriam como manter a vinda de imigrantes para o Brasil e continuar mantendo as lavouras com mão de obra escrava. Era um investimento muito alto e não podiam arcar com ele.” (PAIVA, 2013, p. 19).

Segundo Paiva (2013), a mão de obra escrava foi descartada, pois além ter um custo alto para comprá-los ainda não possuíam capacidade de se adequar aos avanços tecnológicos, motivo pelo qual acredita, que a substituição de mão de obra é considerada um dos principais fundamentos do abolicionismo paranaense. Fortalecendo um “(...) um discurso forjado a partir da ideia de um estado construído a partir do imigrante europeu do final do século XIX” (FELIPE, 2018, p. 157) e conseqüentemente, o gradativo apagamento da passagem do povo negro na construção histórica do Paraná.

Os negros não aparecem na história paranaense, mesmo tendo papel importante na sua história e construção, sendo que alguns conquistaram o direito de possuir tropas de mulas graças ao alforrio fornecido pelo senhor devido a sua fidelidade e trabalho. (OLIVEIRA-b, 2016, n.p)

Para Hall (2001), que o sujeito negro emerge como um sujeito sociológico. A identidade negra, no interior dessa narrativa, surge como uma identidade centrada, capaz de alinhar a subjetividade de sujeitos e grupos com lugares que ocupam no mundo social e cultural. Ou seja, é aquele sujeito que sua identidade baseia-se em sua interação entre o seu eu e a sociedade.

Bastos (2015), considera que a escravatura deixou uma memória que se inscreve na passagem cultural brasileira, uma passagem polissêmica com uma

diversidade que culminou na diferença de povos, línguas, cultos religiosos, hábitos alimentares e até musicalidade.

Diante dessas considerações, devemos lembrar que diariamente somos surpreendidos com notícias enfáticas sobre racismo na sociedade. Pensando criticamente o racismo no Brasil, podemos verificar que ele está diretamente relacionado a questões que envolvem a formação social, histórica, política e econômica do país. Isso significa, portanto, que a sociedade brasileira se constitui por uma sociedade de classes, a qual possui muito conflitos internos, percebidos e permeados pela questão social. Portanto, compreender a estruturação do racismo e suas origens, é muito importante para o desenvolvimento do estudo pretendido.

Existem também outros mecanismos que produzem desigualdade, diferentes entre classes sociais. Entre eles estão aqueles pautados na desigualdade de gênero, entre raças e etnias, e ainda as desigualdades conhecidas como geracionais (entre gerações).

Historicamente a humanidade conheceu diferentes formas de exploração, porém a mais antiga já conhecida foi a escravidão, que se caracterizou pela extrema desigualdade social, pelo fato de definir indivíduos como propriedade de outros indivíduos, fazendo com os negros fossem colocados na última classe da formação social. O preconceito e a discriminação não estão apenas fundados nas sequelas da escravidão, mas desenvolvem novas formas e significados a partir da abolição.

Comprendemos então que a história traz o eloquente marco colonial branco, ao qual é ascendente a branquitude e proposital a deturpação da história dos negros e indígenas na sociedade brasileira. À medida que a sociedade se desenvolve, sua complexidade vai se tornando cada vez maior, devido às suas diferenças internas, haja vista que as diferenças sociais são usadas como um fundamento para a distribuição desigual de recursos e poder, criando relações de dominação, atribuindo a cada indivíduo e aos grupos sociais posições numa divisão entre classes. Conceito que se torna importante, uma vez que fundamenta uma distribuição desigual dos recursos socialmente distribuídos, entre os indivíduos e grandes grupos sociais.

A naturalização das diferenças e desigualdades raciais são fatores que se combinam e são intrínsecos um ao outro, contribuem para a fragmentação da identidade do negro (a), e não permitem que o indivíduo perceba a lógica perversa existente nas expressões das desigualdades e diferenças a que são submetidos cotidianamente, sobre tudo por consequência da sua pertença étnico-racial. O que resulta de tal lógica é a ausência de alternativas, no

desenvolvimento de uma relação coletiva, contrárias à posição de inferioridade que lhes são atribuídas constantemente”. (DIAS, 2015, p. 313)

Ao invés de encontrar soluções para os problemas raciais, acabou por identificar uma forma específica de preconceito e discriminação (OLIVEIRA, 2015, p. 108), demonstrando que seu “modelo” de escravidão não foi “mais humano” do que outros. Sendo assim, essa racionalidade ocidental foi usada para eliminar e oprimir. Justificando-se pela racialização dos povos, pela guerra ao diferente, pelo genocídio e pela escravidão daquele que era definido como interior (SANTOS, 2008).

Tendo em vista esse processo de inferiorização do povo negro, é necessário falar sobre o racismo, gênero e raça, para além do imaginário da branquitude, onde tudo se consagra ao ideário colonial branco e patriarcal. Isso porque, ao longo da pesquisa, observou-se que existe um fator que se destaca além da questão da raça, a questão do gênero, como será demonstrado nos próximos tópicos da pesquisa. Portanto, para que se possa abordar sobre gênero e raça é relevante trazer a definição de interseccionalidade proposta por Kimberlé Williams Crenshaw.

2.2 EU E ELAS: NÓS MULHERES NEGRAS

Segundo Araújo (2022), os registros sobre a origem do conceito de interseccionalidade tem como período as décadas de 1970 e 1980, a partir do debate feito por feministas negras norte-americanas que apresentaram questionamento sobre o conceito de “mulher”. No entanto, recentemente a feminista negra norte-americana – Kimberlé Crenshaw (2002) – conseguiu trazer um sentido mais completo pra esse conceito.

Vemos em Crenshaw (2002) que a interseccionalidade de raça, classe e gênero resulta em opressões e desempoderamento. Desta feita apresenta raça, classe e gênero como eixos que se sobrepõem e se inter cruzam. Assim sendo, as mulheres negras estariam posicionadas em um lugar onde se conectam - racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero, colocando-as em uma posição de extrema vulnerabilidade e exploração.

Sendo assim, olhar mulher negra a partir dessa perspectiva, nos permite entender o grau de desvantagens, opressões e o desempoderamentos que essas mulheres

passam ao logo de suas vidas; tendo em momentos diferentes concepções diversas entre esses diferentes eixos.

Os espaços destinados à população negra são os de subcidadania. Dessa maneira, passa a existir uma ordem incontestável, homem branco, mulher branca, homem negro, mulher negra (RIBEIRO, 2008). E é a partir deste lugar que a mulher negra se encontra que é importante e urgente falarmos. Ou seja, é posta socialmente a partir de um olhar de subalternidade. Segundo Kilomba (2019, p. 191):

As mulheres brancas têm um status oscilante, como o eu e como a “Outra” dos homens brancos porque elas são brancas, mas não homens. Os homens negros servem como oponentes para os homens brancos, bem como competidores em potencial por mulheres brancas, porque são homens, mas não são brancos. As mulheres negras, no entanto, não são brancas nem homens e servem, assim, como a “Outra” da alteridade (KILOMBA, 2019, p. 191).

Por essa razão, a interseccionalidade é “uma proposta que está intimamente relacionada com a análise das condições precárias produzidas por experiências onde opressões de raça e gênero predominam simultaneamente” (TEIXEIRA, 2021, p. 2).

Partindo do pressuposto que a interseccionalidade pode oferecer grande contribuição para o estudo das identidades raciais, é importante destacar que:

(...) é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

Nos permite ir para além do que é meramente posto, de forma superficial. Com ela, podemos ir a gênese de sistemas discriminatórios direcionados a mulher, de tal forma que possamos ver sobre outra ótica, sobre outro eixo, o que é socialmente determinado.

Desta forma, a interseccionalidade se consolida enquanto conceito principalmente pela análise das condições precárias às quais mulheres negras estão submetidas em razão da sobreposição das opressões da raça e gênero (TEIXEIRA, 2021). Ou seja, a interseccionalidade permite que a mulher negra seja vista para além da sua condição de gênero, sendo vista pela sua condição de raça.

Não é que o homem não possa escrever sobre a mulher. Pode. Não é que branco não possa escrever sobre o negro. Pode. Mas quando esse discurso falado ou escrito carrega a nossa subjetividade, porque ele nasce num lugar social, num lugar de gênero, num lugar racial diferente, ele traz determinadas peculiaridades que aquele que escreve de fora, por mais que seja competente do ponto de vista intelectual ou emocional, não vai trazer. Ele não traz uma carga de quem escreve de dentro. (EVARISTO, 2018a, p3 apud COSTA, 2018, p. 65)

É a partir das experiências individuais e pessoais de cada um, que construímos nossa subjetividade, capaz de construir nossa identidade que se encontra em contante transformação por diversos fatores que a contemplam, como lugar social, lugar racial, gênero. Segundo Pinto e Ferreira (2014) sempre que pensamos em identidade racial automaticamente classificamos as pessoas por cor da pele, porém a identidade se constrói através da trajetória e de experiências vivenciadas.

Sendo assim, é importante trazer a noção de identidade para o estudo. Esta se consolida como conceito fundamental das ciências humanas no século XX, deve ser entendida como um “processo complexo, não essencialista na sua dimensão individual e coletiva” (TEIXEIRA, 2021, p. 5), como será mostrado no capítulo seguinte.

Para Costa (2018), a sociedade ocidental construiu uma ideia, uma cultura, uma crença de que as negras/ os negros não têm capacidades intelectuais, a nós sempre foi associada a imagem de força e não de intelecto, de irracionalidade e ausência de produção cultural. Ocorre, portanto, a deslegitimação da identidade do povo negro, resultante de uma estrutura de opressão advinda da sociedade branca e elitista.

Reforça ainda, que não se esperava que muitos daqueles historicamente subalternizados, colonizados e subjugados cruelmente, reivindicaram seus lugares de fala com ativismo, consubstanciamento, propriedade e qualidade intelectual” (COSTA, 2018, p. 59). Portanto, “trazer ancestralidade, identidade negra para dentro dos discursos é travar enfrentamentos (...), a fim de apresentar uma nova ordem de discurso, em que a identidade e a mulher negra não são objetos, mas sim sujeitos da narrativa” (COSTA, 2018, p.67), objetivando abrirespaço para denúncias de desigualdades sociais.

(...) é reforçar o fato de que nós negros em diáspora não podemos perder o rumo de nossas vidas, não devemos deixar à deriva nossos corpos negros, pois uma das formas mais contundentes de combatermos o racismo e o sexismo é a produção intelectual que une pensamento à prática. (COSTA, 2018, p. 68)

Não há ninguém melhor que nós mesmas, para falar de nós. Produzir intelectualmente, sobre quem somos, o que vivemos, sobre nossas lutas diárias, é de fato, uma forma de trilhar um caminho eficiente para o combate ao racismo e ao sexismo.

2.3 VER EM CORES

Historicamente, a humanidade conheceu diferentes formas de exclusão social, porém, a mais antiga forma, foi a escravidão, que se caracterizou pela extrema desigualdade social, pelo fato de definir indivíduos como propriedade de outros indivíduos, fazendo com que nós, negros fossemos tratados como o que há de mais subalternizado na formação social.

Em meados do século XIX, a raça era objeto de estudo da ciência, que gerou um debate racial criticado pelos paradigmas científicos da época, o que levou este tema a ser analisado em conjunto com o conceito de gênero humano. A partir de então, se sugere uma ideia naturalizante de raça, que indica diferenças biologizantes entre sujeitos que acabam gerando hierarquias sociais entendidas como naturais. Esse entendimento indica que as raças se constituem no tempo e no espaço.

De acordo com Guimarães (2011) a ideia de raça foi introduzida no Brasil por volta de 1870, através das ciências naturais da época “procurava dar uma orientação científica aos estudos sobre a cultura brasileira, propondo, ao mesmo tempo, um programa de desenvolvimento político para a nação pós-escravista” (GUIMARÃES, 2011, p. 265). O conceito de raça, era usado de tal forma para justificar a inferioridade da população negra, de tal modo a criar estratégias sociais para controle dessa população.

As ideias sobre raça advindas das ciências influenciaram de forma definitiva as teorias sobre raça no Brasil, que ocorreu com bastante intensidade no século XIX. Neste período, o evolucionismo estava em evidência e contribuiu para que fosse pensada como um caminho de atribuições de características que faz parte dos indivíduos desde seu nascimento e que transmitiria aptidões, habilidades, valores morais e qualidades intelectuais pertencentes a sua natureza.

A raça, como a classe e a nação, foi um conceito desenvolvido primeiramente na Europa para ajudar a interpretação de novas relações sociais. Todas três devem ser olhadas como modos de categorização que foram sendo cada vez mais utilizados à medida que um maior número de europeus se apercebeu

da existência de um crescente número de pessoas ultramarinas que pareciam ser diferentes deles. (BANTON apud IANNI, 1996, p. 6)

Essa ideia se firmou na sociedade de uma forma tão forte, que ainda hoje temos reflexos desta segregação racial em nossa sociedade, que podem ser percebidos ainda mais com os movimentos de omissão que tiveram origem com a abolição da escravidão no Brasil.

Conforme Gonzales e Hasenbalg (1982) através de Gilberto Freyre foi criada uma arma ideológica contra o negro no Brasil, que seria a tão falada democracia racial, que em tempo, deslegitima a questão racial, crendo na ausência do preconceito, na sua mais íntima importância, deturpando o cenário social. Ou seja, nota-se que Freyre, procurou minimizar os efeitos de crueldade do regime escravocrata.

A consequência implícita desta ideia é a ausência de preconceito e discriminação raciais e, portanto, a existência de iguais oportunidades econômicas e sociais para negros e brancos (...), na sociedade brasileira, hierárquica e permeada por grandes desigualdades sociais, o ideal de igualdade de oportunidade é predicado fundamentalmente no terreno racial. (GONZALES; HASENBALG, 1982, p. 84)

Nesta perspectiva, salienta-se que a raça é pensada como atributo que evoca distinções entre grupos. É importante expor que o racismo é praticado por todos, devido a consequências históricas, bem como, o preconceito, que mesmo inconsciente, é problemático, pelo simples fato de não poder ser corrigido pelo processo político e histórico de branqueamento social.

O parentesco e as diferenças físicas, não funda a atenção ou a repulsa entre as coletividades. É por meio do estabelecimento das relações de dominação de um grupo sobre outro que estes elementos são socialmente levados em consideração. Em outras palavras, a atração ou repulsa, são socialmente construídas pelo emprego dos mais diversos elementos. (CARVALHO; SALAINI, 2013, p. 116).

Nogueira (1998), levanta a questão de que o Estado se apresenta de uma maneira neutra, acima de interesses particulares e gerais, sendo então a representação do bem comum. Portanto, a romantização do período que gerou uma cicatriz histórica no país juntamente com a necessidade de o Estado exercer seu papel de bem comum, perpetua a máscara da democracia racial e da inexistência do racismo e todas as pautas que o englobam (SANTOS, 2022).

Ao invés de encontrar soluções para os problemas raciais, acabou por identificar uma forma específica de preconceito e discriminação. O Brasil, como laboratório mostrou-se oposto à idílica ideia de que o seu modelo de

escravidão teria sido “mais humano” do que os outros. (OLIVEIRA, 2015, p. 108)

No Brasil, a população negra foi e é submetida diariamente a diferentes tipos de violência, como injúria racial, menores salários quando comparado ao salário de um branco, dificuldade de acesso a educação de qualidade, intolerância religiosa, subempregos, entre outras. Isso porque, “intencionalmente, dividiu-se branco e negro enquanto raças, e preto, pardo e branco enquanto “cores” (fenótipo)” (TEIXEIRA, 2021, p. 13).

Nesse espaço marcado por relações sociais modernas, o negro livre acaba por apegar-se a condições de existência social não tipicamente capitalistas (OLIVEIRA, 2015). O que segundo o Oliveira (2015, p.109), faz com que o indivíduo sofra, “o drama de sua possível “desintegração” à sociedade de classe nascente, devido à ausência do processo de ressocialização da nova ordem estabelecida”.

A identidade racial no seu processo histórico, sobre influência de diversos fatores como classe, território, etnia, política, cultura, fenótipo, entre outros fatores, que a partir da trajetória de vida de cada sujeito, o definirá ou não, como sujeito racionalizado. Portanto, entende-se este processo, como um processo mutável, ou seja, instável e em constante transformação.

Segundo Teixeira (2021, p.9), “a raça enquanto fenômeno social é realidade que se impõe desde o momento em que grupos humanos específicos foram subjugados em razão de uma racionalidade”. Segundo Nogueira (1998), a desumanização da pessoa negra tem como consequência a objetificação dessa pessoa, que muitas vezes é vista como uma peça, e que antes de se identificar como negro nada mais é do que uma pessoa que vive entre semelhantes e se relaciona enquanto seres iguais.

Jamais contaremos com uma democracia efetiva se não [...] eliminarmos [o racismo]. O negro ainda constitui o ponto central de referência de nossos atrasos e avanços históricos, a esperança maior na luta dos oprimidos pela criação de uma sociedade nova. (FERNANDES, 1995 apud OLIVEIRA, 2015, p.113)

Em tempo, ainda vemos a deturpação do corpo negro, estereotipado como objeto, que também se apresenta em uma diferenciação de gênero, sendo eles masculino e feminino. Portanto, é importante destacar que a mulher negra, escravizada assume um papel diferente do homem negro escravizado, o que faz surgir a necessidade de discussão e compreensão sobre as relações de gênero.

Na ordem patriarcal de gênero, o branco encontra sua segunda vantagem. Caso seja rico, encontra sua terceira vantagem, o que mostra que o poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual (Saffioti, 1987). A demografia repercute estes eventos, formando-se nela um buraco: a ausência de homens para mulheres negras casaduras. (SAFFIOTI, 2015, p. 33)

O estudo de gênero, tivesse início a partir das mulheres. Partindo da necessidade de conhecer a história da mulher (SANTOS, 2015), considerando uma sociedade colonial branca que operacionaliza sobre o apagamento da mulher na sua contextualização histórica.

Para os/as historiadores/as das mulheres, não tem sido suficiente provar que as mulheres tiveram uma história, ou que as mulheres participaram das principais revoltas políticas da civilização ocidental. A reação da maioria dos/as historiadores/as não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres e, em seguida, seu confinamento ou rejeição a um domínio separado ("as mulheres tiveram uma história separada da dos homens, em consequência deixemos as feministas fazer a história das mulheres que não nos diz respeito"; ou "a história das mulheres diz respeito ao sexo e à família e deve ser feita separadamente da história política e econômica"). (SCOTT, 1995, p. 74)

Vêsse, portanto, que em uma sociedade de cunho patriarcal e branca, historicamente, ainda, o sexismo, que resumidamente é o preconceito sobre o sexo, em outras palavras quando um sexo (masculino/feminino) se porta como superior ao outro. Podendo também ser um delimitador de regras de conduta e postura, convívio social, vestimenta entre outros (SANTOS, 2022).

E o sexismo não é somente uma ideologia, reflete, também, uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres. Então, poder-se-ia perguntar: o machismo favorece sempre os homens? Para fazer justiça, o sexismo prejudica homens, mulheres e suas relações. O saldo negativo maior é das mulheres, o que não deve obnubilar a inteligência daqueles que se interessam pelo assunto da democracia. As mulheres são "amputadas", sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder. Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores. (SAFFIOTI, 2015, p. 37)

Ao longo da pesquisa, observou-se evidências históricas de que o sexismo sempre esteve presente em nossa sociedade, capaz de determinar caminhos e trajetórias das mulheres, principalmente de mulheres negras, que perpassam por um caminho de servidão e exploração de seus corpos de forma sexualizada.

Convém lembrar que o patriarcado serve a interesses dos grupos/classes dominantes (Saffioti, 1969, 1987) e que o sexismo não é meramente um preconceito, sendo também o poder de agir de acordo com ele. (SAFFIOTI, 2015).

3 MULHER, MULHERES NEGRAS E LUTAS: ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Trazer ancestralidade, identidade negra para dentro das discussões é travar enfrentamentos, cuja resistência se dá de maneira subjetiva, por meio da linguagem e das imagens que são construídas intencionalmente, a fim de apresentar uma nova ordem ao discurso, em que a identidade e a mulher negra não são objetos, mas sim sujeitos na narrativa. (COSTA, 2018, p. 67)

Este capítulo tem por finalidade abordar questões como gênero, raça e mercado de trabalho, para que se possa chegar no último capítulo do trabalho, de tal forma que o leitor possa entender o problema de pesquisa a partir de sua gênese.

3.1 GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Entende-se por gênero, segundo Houaiss (2009), o conjunto de espécies da mesma origem ou as mesmas particularidades; classe, estilo; técnica ou natureza artística ou literária; em gramática, gênero categoria que identifica as palavras em masculino, feminino e neutro; na classificação dos seres vivos, “subdivisão de família, categoria que agrupa espécies relacionadas segundo a história da evolução e distinguíveis das outras por diferenças marcantes.

O gênero pode ser entendido ainda, como a categoria capaz de organizar relações sociais, sendo uma estrutura de identidade social e coletiva. Este conceito surge, principalmente para que ocorra a desmistificação das diferenças sociais baseadas no sexo (biológico) de cada indivíduo.

A perspectiva de análise de gênero possibilita perceber que a subalternidade conferida às mulheres é resultado de uma construção social, portanto, histórica, e não de uma essência natural feminina. Dessa forma, não é por ser exercida em sua maioria por mulheres que a profissão carrega um estatuto de subalternidade, mas pelas construções sócio-históricas de uma sociedade patriarcal em torno do feminino (CISNE, 2012, p. 22).

Durante muito tempo, acompanhou-se as transformações nos costumes e nas normas sociais, nas normas e nos valores relacionados a feminilidade e masculinidade. Muitas destas transformações, estão arraigadas, a reivindicações de

mulheres em busca da igualdade social, o que deu ensejo a formação do Movimento Feminista.

De origem próxima ao final do século XVIII, o feminismo, surgiu com as revoluções democráticas. Seu ponto de partida foi a contestação da exclusão das mulheres na proclamação dos direitos universais na Revolução Francesa (1789). Assim, de acordo com Allebrandt (2013), pode-se dizer que o feminismo emergiu como centro de uma contundente crítica às origens da democracia, ao mesmo tempo em que se aliou ao ideal democrático e liberal na busca de direitos políticos e civis.

Sobe a ótica da interseccionalidade, nesse contexto se encontra a mulher negra escravizada e explorada na mesma proporção que o homem negro, mas que sofriam opressões direcionadas a mulher, como por exemplo a violência sexual (“expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor” – Davis, 2016) e outros castigos cruéis, que ainda assim, fizeram-nas resistir.

O feminismo negro, por sua vez, “não surgiu de um movimento feminista mais amplo promovido por mulheres brancas (...), ele se originou no reconhecimento crescente da necessidade da análise de gênero dentro dos projetos ativistas negros. Não seria possível libertar as mulheres negras sem levar tanto raça quanto gênero em conta” (COLLINS, 2021). “Mulheres negras vêm historicamente pensando a categoria “mulher” de forma não universal e crítica, apontando sempre para a necessidade de se perceber outras possibilidades de ser mulher” (RIBEIRO; 2018, p 82).

3.2 – FEMINISMO NEGRO

*“Já é tempo de sonhar, superar o pesadelo
Ninguém mais vai nos calar e acorrentar o meu
tornozelo
Sou Rainha de Sabá
A coroa é o meu cabelo
O meu canto milenar
Ninguém pode interrompê-lo
Minha dor é de cativoiro”.
(Raízes – Negra Li)*

Para Ribeiro (2018) o feminismo negro no Brasil começou a evidenciar-se a partir de 1980, quando as mulheres negras passaram a organizar-se coletivamente para adquirir mais visibilidade política, vislumbrando seu autoconhecimento. É importante destacar que entre as feministas negras é muito falado sobre quebrar o

silêncio “sobre a necessidade de não se calar ante opressões como forma de manter uma suposta unidade entre grupos oprimidos, ou seja, alertam para a importância de que ser oprimido não pode ser utilizado como desculpa para legitimar a opressão.” (RIBEIRO, 2018, p. 83).

Detaca-se que movimento feminista foi marcante, principalmente nos últimos 50 anos, com as mudanças no campo da sexualidade, que propiciaram transformações históricas que influenciaram decisivamente nas relações de gênero. Isso porque, a mulher ao longo da história vem sempre sofrendo o apagamento de sua participação, a identidade da mulher carrega com ela a forma que devem se portar, vestir, falar, comer etc. (SANTOS, 2022).

A frase “A gente não nasce mulher, torna-se mulher”, de Simone de Beauvoir (1949), em sua obra “*O Segundo Sexo*”, demonstra que a desigualdade entre homens e mulheres não pode ser analisada como algo que nasce do sujeito e sim, se caracteriza por ser uma imposição própria da vida em determinados modelos de sociedade. Traz ainda, uma perspectiva sobre o papel da mulher na sociedade patriarcal, onde “a mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial.” (BEAUVOIR, 1980, p. 10)

De acordo com Meinerz (2013, p. 56), a matéria prima com base na qual a cultura elabora significados positivos e negativos em relação ao masculino e o feminino é o próprio corpo. Portanto, é com base nele que são observados todos os dados sensíveis que orientam a percepção da diferença entre homens e mulheres.

No Brasil e na América Latina, a colonização perpetrada pelos “brancos”, resultou na construção de toda a identidade nacional, que é a base em toda as hierarquias de gênero e raça na sociedade. O que teoricamente deveria ser o fim do período colonial, permanece, adquirindo novos contornos e funções na ordem social que supostamente é democrática e que mantem a relação de gênero, no que diz respeito a cor e a raça, como no período da escravidão.

Porém, conforme Carneiro (2011), evidencia-se que as mulheres negras não alcançam esses espaços na mesma proporção que as mulheres brancas:

[...] omite-se o fato de as negras não estarem experimentando a mesma diversificação de funções sociais que a luta das mulheres produziu. De regra, considera-se satisfatório que, em um conjunto de aproximadamente metade da população feminina do país, apenas uma ou outra negra ocupe posição de importância. E, ademais, esses casos solitários são emblemas utilizados

para desqualificar as denúncias de exclusão racial. (CARNEIRO, 2011, p. 110)

Observa-se neste contexto, que as mulheres negras tiveram um percurso na história diferenciado que não é reconhecido pelo discurso clássico eurocentrico. Sendo assim, é possível entender que a mulher negra se impõe uma perspectiva feminista na qual o gênero é uma variável teórica. Portanto, é possível afirmar que o feminismo negro, construído em um contexto de sociedade multirraciais, pluriculturais e racistas, tem como base o racismo e seus impactos sobre as relações de gênero.

De acordo com Poutignat e Streiff-Fenart (2011), o realce da identidade étnica exprime-se, assim, inicialmente através de rótulo étnico, meios possíveis para identificação de pessoas. É apenas depois de ser selecionado este rótulo (depois que a etnicidade foi alcançada pelo procedimento mesmo de sua seleção) que os comportamentos, as pessoas, os traços culturais que eles designam surgem quase naturalmente como “étnicos”.

A priori, a luta da mulher na sociedade que está inserida, pela superação das desigualdades geradas pela história, não exige apenas a capacidade de superação da mulher, mas também, a superação de ideologias complementares do sistema opressivo que está inserida, da mesma forma como acontece com o racismo. Este último, tal qual fizemos referência, estabelece a inferioridade da população negra em geral, em especial as mulheres negras, que vem lutando contra a opressão de gênero e raça. A este olhar feminista e antirracista, são inseridas as tradições de lutas da raça negra e das mulheres, traz para a sociedade uma nova identidade da condição específica de ser mulher.

Carneiro (2011), destaca que a pauta da mulher negra é sempre posta de lado em prol de debater a pauta de gênero, porém pouco percebe-se que a pauta de gênero ao invés de abranger todas as mulheres, na grande maioria das vezes trata mais sobre as mulheres brancas; e temos sempre mulheres racializadas sendo invisibilizadas.

Em nossa sociedade branca e elitista, tecer narrativas em que identidades negras e de gênero, em que a mulher negra é o foco; sujeito, produtora da escrita, é abrir espaço para denúncias de desigualdade social, “é reforçar o fato de que nós negros em diáspira não podemos perder o rumo de nossas vidas, não deixar à deriva nossos corpos negros, pois uma das formas mais contundentes de combatermos o

racismo e o sexismo é a produção intelectual que une o pensamento à prática” (COSTA, 2018, p. 68).

Essa temática da mulher negra invariavelmente era tratada como subitem da questão geral da mulher, mesmo em um país em que as afrodescendentes compõem aproximadamente metade da população feminina. Ou seja, o movimento feminista brasileiro se recusava a reconhecer que há uma dimensão racial na temática de gênero que estabelece privilégios e desvantagens entre as mulheres. (CARNEIRO, 2011, p. 112)

Esse debate, procura “entender como poder e identidade funcional juntos a depender de seus contextos e como o colonialismo além de criar, deslegitima e legitima certas identidades” (RIBEIRO, 2017, p. 31).

É importante destacar que a discriminação contra as mulheres viola os princípios da igualdade de direitos e de respeito à dignidade humana, o que dificulta a participação das mulheres, nas mesmas condições que os homens, na vida política, social, econômica e cultural do seu país.

Na sociedade burguesa, quanto mais se desenvolve a produção capitalista, mais as relações sociais de produção se alienam dos próprios homens, confrontando-os como potências externas que os dominam. Essa inversão e sujeito e objeto, inerente ao capital como relação social, é expressão de uma história de auto-alienação humana. (IAMAMOTO, 2015, p. 48)

O desenvolvimento do capitalismo no mundo, tem como uma de suas bases a escravização dos povos africanos. Não só no Brasil, mas em todo mundo, as classes dominantes enriqueceram às custas da exploração da mão de obra de negros escravizados. Motivo pelo qual, durante muitos anos, a Europa dominou economicamente e socialmente a civilização ocidental.

Em 1888, de maneira utópica, os negros escravizados, conquistaram sua “liberdade”, com a assinatura da Lei Aurea, porém, ainda eram excluídos pela sociedade, tendo em vista a condição a eles estereotipadas de incapazes, ociosos e acomodados. Perdendo espaço para europeus que viveram para o Brasil em busca de trabalho, “às negras era reservado o trabalho doméstico” (ALVES; ALENCAR; PINHEIRO; MOTA, 2020, p. 2720).

A suposta libertação do povo negro, não garantiu sua inserção no mercado de trabalho, como esperavam, porém, assentou as desigualdades e o aparecimento de

novas expressões da questão social que corroborou com a segregação deste povo, principalmente no mercado de trabalho, pautado em uma cultura patriarcal e racista.

A passagem do século XIX para XX, o trabalho doméstico foi uma das principais atividades de garantia da entrada da mulher negra no mercado de trabalho. É relevante destacar que mesmo com as mudanças no mercado de trabalho com a chegada do século XX, o trabalho doméstico continuou sendo feminino e negro, subvalorizado, definido por menores salários e altas cargas horárias (ALVES; ALENCAR; PINHEIRO; MOTA, 2020).

Definidas pelo seu gênero e sua cor, mesmo com as transformações econômicas, principalmente a partir dos anos 1970, quando houve um movimento de grande inserção da mulher no mercado de trabalho do país, as mulheres negras, com menor grau de escolaridade e qualificação, subalternizadas, permaneceram sem espaço na dinâmica ocupacional do mercado de trabalho.

Segundo Teixeira (2020) no final do século XX, início do século XXI, o Brasil é marcado por crises na economia, reformas estruturais e reestruturações produtiva e de relações no trabalho. Neste cenário, ainda se percebem ajustes, que se configuram a grupos de mulheres, mesmo que mais vulneráveis, com particularidades específicas. Embora insira mulheres negras, com melhoramento dos níveis de formação e mesmo com o aparecimento de normas jurídicas e políticas, ações afirmativas e valorativas que “criam novas condições para um novo tratamento da sociedade brasileira no enfrentamento das segregações por raça no Brasil” (TEIXEIRA, 2020, p. 2721-2722), algumas expressões da questão social, como desemprego, salários precários, ainda persistem em nossa sociedade.

4 TENTATIVA DE SAÍDA DA INVISIBILIDADE: ENGREGIMENTO EM PAUTA

A carne mais barata do mercado é a carne negra
(Só serve o não preto)
Que vai de graça pro presídio
E para debaixo do plástico
Que vai de graça pro subemprego
E pros hospitais psiquiátricos
(A carne – Elza Soares)

Este capítulo tem por finalidade falar sobre a mulher negra na docência em Serviço Social e sequencialmente será feita a exposição da revisão sistemática de literatura realizada para responder ao problema de pesquisa.

Compreendemos que as desigualdades estruturais e institucionais no mundo do trabalho se relacionam a corpos físicos (CORRINGHAM; JOHNSON; ERICKSON, 2018 apud BUJATO; SOUZA, 2020). Desde quando a abolição se concretizou e os negros ocuparam posições subalternas enquanto trabalhadores por terem sido considerados mão de obra desqualificada, instaurou-se racismo e, a partir do momento em que políticas públicas não foram pensadas para que tal realidade terminasse, este se solidificou e permaneceu (BENTO, 2002 apud BUJATO; SOUZA, 2020).

Segundo um estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), “Retrato das desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015” mostra que no que diz respeito ao mercado de trabalho, há uma discrepância que coloca homens brancos no topo da pirâmide e mulheres negras em sua base (IPEA, 2017 apud BUJATO; SOUZA, 2020, p. 221). Reforçando esses fatos, podemos destacar o favoritismo de determinados grupos sociais no mercado de trabalho, o que propaga ainda mais as expressões da questão social.

4.1 A MULHER NEGRA NA DOCÊNCIA EM SERVIÇO SOCIAL

A necessidade de evidenciarmos as mazelas da questão social, exprimida pelo racismo estrutural e os seus contextos juntos ao surgimento do Serviço Social no Brasil. Sendo assim, é de extrema relevância explicá-los. De acordo com Almeida (2016, p.79), o reconhecimento de que a “questão social” determina o processo de constituição e desenvolvimento do Serviço Social como profissão se deu a partir de

um rigoroso exame de como as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora “(...) se agudizam a partir da intensificação dos mecanismos de exploração da única fonte de produção da riqueza social: o trabalho”.

(...) o desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações de “questão social”. Ele se torna não um desdobramento indesejável ou temporário, mas uma dimensão “constitutiva do desenvolvimento do capitalismo”. (NETTO, 2006, p. 157)

Almeida (2016, p.82), ainda destaca que a questão social no Brasil se encontra enraizada no particular processo de transição da produção de base escravocrata para uma ancorada na efetiva generalização do trabalho livre. É importante destacar que no Brasil, a Revolução Burguesa, traz consigo transformações sócio-históricas, responsável pela fragmentação do regime escravocrata e conseqüente formação de uma sociedade de classe, diferente do produzido pela Revolução Francesa.

Neste momento, o proletariado urbano passa a ter espaço na política, fazendo com que as ações representativas do Estado fossem manifestadas pela Igreja Católica, repercutindo de maneira significativa no enfrentamento a questão social. Período esse importante para o recrutamento e formação das primeiras assistentes sociais (ALMEIDA, 2016).

A Igreja Católica se vincula ao Estado para tentar encontrar soluções para os excessos do sistema capitalista, tendo dois papéis centrais: 1) apoio a criação de uma legislação que regulasse as relações entre o capital e o trabalho; 2) elaboração de estratégias de intervenção junto à classe trabalhadora para proporcionar, embasada na cristandade, um processo de recristianização. (ALVES, 2020, p. 62)

Em meados de 1930, neste contexto, surgem as primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, que se deu sob forte influência da Igreja Católica.

O posicionamento e atuação da Igreja Católica frente à “questão social” expressavam parte de seus esforços em recuperar sua hegemonia no campo moral e intelectual, posicionando-se numa zona de confronto com as influências do liberalismo, presente na conformação do Estado e do ideário comunista difundido por parcela do movimento sindical. (ALMEIDA, 2016, p. 83)

Castro (2001), destaca que esse período houve a reativação do movimento católico, para renovar e reinserir a presença da Igreja nos novos blocos de poder, mediante a preparação da sua diferenciada militância. Ou seja, o projeto da Igreja de

aproximação ao Estado, estava vinculada a sua necessidade de retomada de poder, para que pudesse retornar ao centro da sociedade, de tal modo a oferecer a salvação, como forma de resolução dos excessos oriundos do sistema capitalista.

Mas é importante pontuar, que assim como a Igreja Católica perseguiu a população negra no escravismo, em relação às práticas religiosas não condizentes com as dela, ela vincula-se ao Estado, com discurso de humanizar o sistema capitalista, através da caridade. Porém, a sua atuação foi voltada para o controle moral e religioso da classe trabalhadora. (ALMEIDA, 2020, p. 63)

No Brasil, inicia-se a chamada Era Vargas. O governo Getúlio Vargas (1930-1945), passa a ver a questão social, como uma questão política, o que o faz pensar em projetos de intervenção, na tentativa de amenizar as desigualdades sociais. Surge, portanto, a necessidade de intervenção do profissional de Serviço Social, que segundo Almeida (2020, p. 65) “nesse cenário político e social, o Serviço Social surge como uma estratégia da burguesia e da Igreja Católica – que objetivava recuperar o seu poder político”.

É desta forma, que a intervenção do Estado, em relação ao enfrentamento da “questão social”, foi voltada para as concessões, em uma tentativa de amenizar, mas não de eliminar, os conflitos e os antagonismos sociais. É nesse contexto que surge o Serviço Social, que pela lógica da naturalização do racismo, pelo Estado e pela Igreja, pode-se dizer que a profissão seguiu o mesmo passo, e tratou a população negra como invisível. (ALMEIDA, 2020, p.63)

Almeida (2020, p. 72), destaca que as classes sociais e as reproduções sociais são categorias necessárias para compreender as demandas que se apresentam para o Serviço Social brasileiro. É nítido que houve um processo de naturalização, através da “desracialização”, da situação econômica, política e social da população negra (ALMEIDA, 2020, p.82).

Tendo em vista a pergunta de pesquisa, antes de iniciar o trabalho de Conclusão de Curso, optou-se por fazer uma sondagem sobre as profissionais docentes nos cursos presenciais de Serviço Social em Curitiba. Ou seja, houve uma pesquisa, para verificar a possibilidade do desdobramento do tema. Segundo Bueno (2014), “a sondagem de opinião é um tipo de entrevista estruturada que pode ser utilizada para a elaboração de uma monografia através da técnica de Pesquisa de

Campo. Pode ser realizada por meio de entrevistas, questionários e observação direta”.

Minayo (1993, p. 23) define que pesquisar é “uma atividade básica das ciências são a indagação e descobertas da realidade. É uma atividade e uma prática de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente”. Em outras palavras, segundo Bueno (2014), “é a busca por dados e números que demonstrem o pensamento das pessoas sobre determinado assunto”.

A partir da sondagem realizada, foi observado que não haveria a possibilidade do desenvolvimento da pesquisa de campo, pois o potencial sujeito de pesquisa encontrado na sondagem, seria a a professora orientadora da pesquisa e, portanto, não seria viável. Sendo assim, optou-se pelo desenvolvimento de uma estratégia de pesquisa a partir da revisão sistêmica da leitura sobre a temática que trata das mulheres negras na área da docência em Serviço Social. Para Rother (2007, p. 1) revisões sistemáticas são “(...) trabalhos originais, pois além e utilizar como fonte, dados da literatura sobre determinado tema, são elaborados com rigor metodológico”. A pesquisa, portanto, teve uma abordagem qualitativa, que expressa a intuição, a exploração e o subjetivismo.

De antemão importa sinalizar que se verifica a inexistência de estudos pertinentes ao tema a nível nacional, dados esses que viabilizariam a elaboração de políticas públicas para o enfrentamento caso existissem. Por outro lado, a falta de levantamentos correlatos impacta no desconhecimento de especificidades e particularidades dessa prática em cada região e seus desdobramentos para os atores envolvidos (COSTA; LIMA; GOMES, 2020, p. 2).

Por outro viés, os poucos estudos sinalizam para uma crescente necessidade do estudo sobre mulheres negra na área da docência, o que demonstra a importância da pesquisa no desvelar de temas complexos. Portanto, cabe lembrar que para Minayo (1994) a pesquisa é compreendida:

Diferentemente da arte e da poesia que se concebem na inspiração, a pesquisa é um labor artesanal, que se não prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói com um ritmo próprio e particular. (MINAYO, 1994, p. 25)

Segundo Costa, Lima e Gomes (2020), o caminho a ser percorrido nesse estudo pauta-se pela metodologia da revisão bibliográfica sistemática da literatura,

que consiste em utilizar um método de sistematizar os dados coletados para responder à questão norteadora da pesquisa, conforme preconiza Castro (2001):

Uma revisão planejada para responder a uma pergunta específica e que utiliza métodos explícitos e sistemáticos para identificar, selecionar e avaliar criticamente os estudos, e para coletar e analisar, os dados destes estudos incluídos na revisão. (CASTRO, 2001, p.1)

Cabe desta forma, destacar a diferença entre a revisão sistemática que segundo Rother (2007, p.1), caracterizam-se por serem “trabalhos originais, pois, além de utilizar como fonte, dados da literatura sobre determinado tema, são elaborados com rigos metodológico” e a revisão da revisão narrativa, que para o autor, “é o modelo utilizado com elementos previamente concebidos”.

Em outros termos, a diferença está na sistematização do conteúdo e nos caminhos metodológicos que cada revisão irá se propor a trilhar a partir de seus objetivos e finalidades. Portanto, na revisão tradicional a pergunta de pesquisa terá temas mais amplos, enquanto, na revisão sistemática, o foco da pesquisa é limitado.

Nesse sentido, as estratégias de pesquisa adotadas neste estudo, compreenderam a elaboração de tabelas no Excel, para inserção de dados retirados das plataformas, vislumbrando a sistematização, identificação, organização e avaliação de dados coletados; a partir da filtragem das relações que foram sendo verificadas entre o objetivo da pesquisa e as produções, para que se pudesse analisar o material e a partir do diálogo e classificação aplicada conforme a relevância do objetivo do estudo.

Para que a pesquisa se desenvolvesse, foram selecionadas quatro plataformas de pesquisa: Catálogo de Teses e Dissertações CAPES; Plataforma periódico SciELO e Rede de Revistas Científicas de Acesso Aberto Diamond. Ao realizar a averiguação nessas plataformas, foram delimitados os seguintes descritores de busca: mulher negra, mercado de trabalho, serviço social e docência. Resultando em um primeiro momento um total de 734557 produções, o que demandou uma filtragem maior. Pensando em filtrar ainda mais a pesquisa, buscou-se procurar produções pelo ano – 2018 a 2022, idioma – português, limitando país – Brasil, com as temáticas – ciências humanas, no caso da plataforma de busca Scielo. Já nas plataformas de busca Catálogo de Teses e Dissertações CAPES e Rede de Revistas Científicas de Acesso Aberto Diamond disciplina, pelo grande número de produções apresentadas, filtrou-se ainda o conteúdo: – multidisciplinar (ciências sociais); área de conhecimento –

educação; grande área de – conhecimento educação; área de avaliação – interdisciplinar; área de concentração e nome do programa – educação; biblioteca – UFPR e mesmo assim, ainda aparecerem muitas produções, o que fez com que se determinasse a pesquisa nas 20 primeiras produções que apareceram após a filtragem.

Com a leitura mais apurada dos títulos das produções, 64 trabalhos foram triados, a partir dos descritores propostos na pesquisa, apontando o maior número de produções - 53,12% para mercado de trabalho e serviço social.

Tabela 1 - Categoria de Busca

Descritores	Resultado	Porcentagem
Mulher Negra e Docência	24	37,50%
Mulher Negra e Mercado de Trabalho	6	9,37%
Mercado de trabalho e Serviço Social	34	53,12%
TOTAL	64	100%

Fonte: (Ohrem, 2022)

A partir da leitura mais apurada dos resumos, 48 trabalhos foram excluídos, por abordarem termos diversos sobre a mulher negra, docência, serviço social ou mercado de trabalho. Além de dialogarem com outras áreas de conhecimento como enfermagem, tecnologias, meio ambiente, entre outros. Das produções em duplicidades, 02 (duas) ao total, sendo contabilizadas apenas uma única vez na pesquisa.

Restando 16 produções, classificadas em alta e média relevância, conforme aproximação ou não com o objeto de estudo, constatou-se que 4,60% receberam a classificação de alta relevância e 20,31% de média relevância.

Tabela 2 - Relevância

Relevância	Quantidade	Porcentagem
Alta	3	4,60%
Média	13	20,31%
Baixa	48	75%
TOTAL	64	100%

Fonte: (Ohrem, 2022)

No tocante da área do saber, as produções analisadas, apotam área de serviço social, como a mais aparente, somando 37,5% dos trabalhos, seguindo de psicologia com 25% e educação com 18,75%.

Tabela 3 - Área de conhecimento

Área de Conhecimento	Quantidade	Porcentagem
Direito	1	6,25%
Psicologia	4	25,00%
Serviço Social	6	37,50%
Educação	3	18,75%
Outros	2	12,50%
Total	16	100%

Fonte: (Ohrem, 2022)

Foi realizada a análise dos resumos das produções a partir dos descritores, a fim de demonstrar o assunto que mais aparece nas obras selecionadas; com 31,25%, das obras fazem menção, em sua maioria, da mulher negra e o mercado de trabalho.

Tabela 4 - Resumo da produção por descritores

Descritores	Resultados	Porcentagem
Mulher Negra	5	31.25%
Serviço Social	3	18,75%
Docência	3	18,75%
Mercado de trabalho	5	31,25%
Total	16	100%

Fonte: (Ohrem, 2022)

Os resultados obtidos indicam um total de 22 autores envolvidos nas produções, levando em consideração que 62,50% escreveram individualmente e outros 37,50%, escreveram com mais um autor. É importante destacar que nenhuma das produções possui o mesmo autor, ou seja, os 16 trabalhos analisados são de autores diferentes. Além disso, com a averiguação, pode ser observado que a maioria das obras são de autoria exclusiva de um único autor.

Tabela 5 - Quantidade de Autor por produção

Autor por produção	Resultados	Porcentagem
01 autor	10	62,50%
02 autores	6	37,50%

Total	16	100%
-------	-----------	-------------

Fonte: (Ohrem, 2022)

Quanto ao gênero dos autores, baseado apenas na grafia e sonoridade do nome, haja vista a possibilidade de equívocos, tendo em vista que alguns nomes são usados para ambos os gêneros, os dados coletados apontam que 17 (dezesete) são do gênero feminino e 05 (cinco) do gênero masculino. Em resumo, podemos entender que o gênero feminino faz mais abordagens sobre a temática do que o gênero masculino.

Tabela 6 - Quanto ao Gênero dos autores

Gênero	Resultados	Porcentagem
Feminino	17	77,27%
Masculino	5	22,72%
Total	22	100%

Fonte: (Ohrem, 2022)

Dentre as buscas a respeito do estado que mais possui produções inerentes a mulher negra, docência, mercado de trabalho e serviço social, o estado de Santa Catarina, foi apontado com 25%, seguido de Rio Grande do Sul e Paraíba com 12,50% das produções.

Tabela 7 - Produções por Estado

Estado	Resultados	Porcentagem
Bahia	1	6,25%
Brasília	1	6,25%
Ceará	1	6,25%
Espirito Santo	1	6,25%
Minas Gerais	1	6,25%
Paraíba	2	12,50%
Paraná	1	6,25%
Pernambuco	1	6,25%
Rio de Janeiro	1	6,25%
Rio Grande do Sul	2	12,50%
Santa Catarina	4	25,00%
Total	16	100%

Fonte: (Ohrem, 2022)

Outro ponto relevante que pode ser considerado para a pesquisa, se relaciona as plataformas que mais publicam os estudos a respeito e reflexões e análises de como vem sendo falado sobre mulheres negras, docência, serviço social e mercado

de trabalho. Rede de Revistas Científicas de Acesso Aberto Diamond, ocupa a posição principal, totalizando 43,75% do local que mais publica estudo sobre os assuntos, porém, é relevante destacar que a diferença entre as plataformas é relativamente pequena.

Tabela 8 - Locais que mais publicaram os estudos analisados

Plataforma	Quantidade	Porcentagem
SciELO	5	31,25%
Rede de Revistas Científicas de Acesso Aberto Diamond	7	43,75%
Catálogo de Teses e Dissertações Capes	4	25%
TOTAL	16	100%

Fonte: (Ohrem, 2022)

A política pública, a qual se vincula a maior parte das produções científicas apontam para a política da mulher e do trabalho, empatadas com 31,25% das produções.

Tabela 9 - Política vinculada

Políticas Públicos	Resultados	Porcentagem
Saúde	2	12,50%
Educação	4	25,00%
Mulher	5	31,25%
Trabalho	5	31,25%
Total	16	100%

Fonte: (Ohrem, 2022)

Foi considerada, a metodologia das produções para se verificar qual prepondera dentre os autores na elaboração dos estudos, sendo no resultado obtido a pesquisa bibliográfica e bibliográfica de campo as mais utilizadas como forma de obtenção de informação, de forma isolada ou em conjunto.

Tabela 10 - Metodologia mais usada

Metodologia	Resultados	Porcentagem
Pesquisa Bibliográfica	9	56,25%

Pesquisa de Campo	2	12,50%
Bibliográfica de Campo	3	18,75%
Pesquisa documental	2	12,50%
Total	16	100%

Fonte: (Ohrem, 2022)

Após estas análises, é importante destacar as produções selecionadas para o estudo. Além dos resumos, houve leitura da introdução dos trabalhos para confirmar a relevância da pesquisa proposta. Como referenciado anteriormente, desses seis artigos selecionados pelo fato de possuírem alta relevância para a pesquisa, a fim de realizar uma análise aprofundada.

Quadro 1 - Produções Selecionadas

Autor	Área de Atuação ou Graduação	Título da Produção	Ano de Publicação
Surya Pombo Aaranovich Barros	Educação	Graciliano Fontino Lordão: um professor de “Cor” na Parahyba do Norte.	2019
Maria Eduarda Ribeiro da Silva	Educação	Narrativas de uma mulher educadora/professora negra: constituição identitária e a escrita como combate à invisibilidade	2021
Bianca Barreto do Nascimento	Educação	Racismo, Saúde e Mulher Negra no Ifba: Impactos nos Estudos, Reflexos na Vida	2021
Ricardo Lara e Pablo Ramon Diogo	Serviço Social	A herança escravista de longa duração na formação do mercado de trabalho no Brasil	2022
Isabela Ramos Ribeiro	Serviço Social	Política Social entre a hegemonia e a dependência	2021
Maria Angelina B. de Carvalho de A. Camargo	Serviço Social	Relações e condições de trabalho do assistente social na atualidade: a proletarianização da profissão	2021
Nadya Araujo Guimarães e Helena Sumiko Hirata	Serviço Social	A mulher na sociedade de classe: Inspiração e impactos internacionais	2021
Christiane Luci Bezerra Alves e Jaqueline Kelância Ferreira Alencar	Serviço Social	Padrão de inserção da mulher negra no mercado de	2020

		trabalho nordestino: notas para o período 2005-2014	
Ana Lole	Serviço Social	Gênero e Formação Profissional em Serviço Social	2020
Ana Verônica de Alencar e Edil Ferreira da Silva	Psicologia	Revisão sistemática sobre trabalho, racismo e sofrimento psíquico no contexto brasileiro	2021
Viviane Inês Weschefelder e Elí Terezinha Henn Fabris	Psicologia	Tornar-se mulher negra: escrita de em um espaço interseccional	2019
Luciana Rodrigues	Psicologia	Negra de pele clara: constrangimento e afirmação da negritude no Brasil	2021
Guilherme Marcondes e Roberto Marques	Psicologia	Gramáticas do Atlântico: Negro: Virgínia Bicudo e Grada Kilomba	2021
Janaina Guimarães da Fonseca e Silva	História	Lugones e o escurecer do ensino de história.	2022
Rayanna Fernandes de Souza Oliveira	Direito	O Lugar do Feminino Negro no Mercado Trabalho Sob a Perspectiva Decolonial: para Além do Salário e da Remuneração	2019
Isabeli Ramos Neves Fernandes	Administração	Mulher negra no mercado de trabalho: efeito das discriminações de raça, gênero e classe	2020

Fonte: (Ohrem, 2022)

Observando o ano de publicações e a proposta inicial do estudo, verificou-se que no ano de 2018, não houveram publicações sobre o assunto mulher negra, docência, mercado de trabalho e serviço social relevantes para o estudo, sendo, portanto, grande parte das produções entre 2020 e 2021.

Verificou-se que autores como Djamila Ribeiro, Lélia Gonzalez, Grada Kilomba, Bell Hooks e Kimberlé Crewshaw, são base para a escrita da maioria dos artigos. De acordo com os autores, não há como falar sobre gênero e raça sem abordar sobre formação histórica, cultural, social e econômica no Brasil.

Independente da área de conhecimento, verificou-se que para fazer abordagens direcionadas a mulheres negras, precisamos falar sobre a diáspora africana, o racismo estrutural, feminismo negro e a interseccionalidade. Comum a

grande parte das obras, também é a questão da colonização na América Latina e o movimento de branqueamento da sociedade. E é dentro desta estruturação que a figura da pessoa negra aparece na educação e no mercado de trabalho.

O aumento de negros como protagonistas da história da educação pode ser observado em livros, projetos de pesquisas, produções acadêmicas, alcançando inclusive um público mais amplo por meio de jornais e revistas de cunho comercial. Tais trabalhos versam do período colonial ao século XXI, abarcando todas as regiões brasileiras e sendo realizados em diferentes níveis de análise. (BARROS, 2018, p. 2)

Além de educação, Lara e Diego (2022), reforçam que ao analisar a problemática do mercado de trabalho no Brasil, é preciso retomar a análise historiográfica, com o objetivo de questionar sua formação socioeconômica e, assim, desvelarmos os traços gerais que concernem à nossa particularidade.

No que tange à universidade, este é um espaço de trabalho em que negros são considerados “corpos fora do lugar” (TATE, 2013 apud BUJATO; SOUZA, 2020, p. 13). Ainda, ressaltam que por serem poucos, os docentes em sua maioria são vistos pelos outros como aqueles que representam a sua raça (BUJATO; SOUZA, 2020).

Na academia como mundo do trabalho, raça passa a ser marca que representa na maioria das vezes a falta de alguma coisa: de inteligência, de capacidade, de proficiência. E por outro lado, o excesso de outras: desconfiança, de anomalia, de diferença. (BUJATO; SOUZA, 2020).

As desigualdades institucionais e estruturais no mundo do trabalho, transmitem naturalidade, desde quando os negros ocuparam posição subalternas enquanto trabalhadores por terem sido considerados mão de obra desqualificada (BENTIO, 2002 apud BUJATO; SOUZA, 2020).

O favorecimento de certos grupos sociais na hora de empregar indivíduos é uma forma de propagar a desigualdade do país. Ações de organizações públicas e privadas têm favorecido mulheres brancas, em detrimento das negras quanto às oportunidades; quando há fortalecimento negro, este é mais focado nos homens do que nas mulheres. (CONCEIÇÃO, 2016 apud BUJATO; SOUZA, 2020, p. 221).

Importante apontar que não só nos artigos selecionados, mas no decorrer de toda a pesquisa, ficou evidente tal situação de subalternização, em especial da mulher negra, muito maior do que do homem negro. Motivo pelo qual, não há como estudar

gênero, raça, mercado de trabalho e seu espaço na docência de uma forma que não seja permeada pela interseccionalidade, independente da área de estudo.

Opressões racial e de gênero levam a experiências singulares de racismo. Assim, tratar de racismo genderizado é tratar da estruturação das relações sociais “(...) para se referir à opressão racial sofrida por mulheres ‘negras’ como estruturada por percepções racistas de papéis de gênero” (KILOMBA, 2019a [2008], p. 99 apud MARCONDES; MARQUES, 2021, p.10)

Outrora, Silva e Alencar (2021) reforçam que no período mais recente da história do Brasil, a vivência da população negra com o trabalho é representada pelo emprego em ocupações ditas precárias, subalternizantes e de baixa qualificação profissional, o que indica uma rebaixada mobilidade social e um contínuo processo de proletarização.

As vulnerabilidades que marcam o mercado de trabalho no Brasil são singularmente sentidas quando se considera a inserção da mulher negra no mundo do trabalho. A herança da tradição escravocrata e patriarcalista no conjunto da sociedade brasileira reservou historicamente às mulheres negras a inclusão tardia, a deficiência na formação educacional e profissional, além do empobrecimento dessa população, onde dominam ocupações precárias e mal remuneradas. (ALVES; ALENCAR; PINHEIRO; MOTA, 2020, p. 2716)

Motivo pelo qual optou-se por desenvolver a revisão sistemática da leitura a respeito da temática, tendo em vista a sondagem realizada, antes da consolidação do presente Trabalho de Conclusão de Curso, que constatou que não haveria a possibilidade do desenvolvimento da pesquisa de campo, tendo em vista que o único sujeito de pesquisa encontrado, seria a orientadora da pesquisa, e, portanto, não viabilizaria a pesquisa. E, portanto, seria a forma mais adequada e eficaz para no momento da prepositura do trabalho, poder responder à pergunta de pesquisa, Qual a trajetória docente de mulheres negras que atuam em faculdades de Serviço Social na modalidade presencial em Curitiba?

Tendo em vista as leituras realizadas, pode-se verificar, que o racismo é estrutural, e que as características físicas (BUJATO; SOUZA, 2020, p. 227), marcam o negro socialmente no mundo do trabalho. O que se observa é que, a todo momento, traços e características físicas, sejam elas vistas como marcas sociais ou não, racializam (IANNI, 2004; SCHWARCZ, 2012 apud BUJATO; SOUZA, 2020, p. 227).

Bujato e Souza (2020), reforçam que as características racializadas, sempre coloca o negro em uma posição, classificando, posicionando e gerando conflitos de desigualdade e hierarquia diante da diversidade.

A pulverização e a massificação da formação acadêmica universitária voltada à sua adequação às “demandas flexíveis do mercado” estimulam o reforço de mecanismos ideológicos diferenciados a submissão dos profissionais às “normas de mercado”, parte de estratégia de grande capital na contenção das condições sociais e políticas condensadas na questão social. (IAMAMOTO, 2015, p. 441)

Quando o negro ocupa determinados espaços, pode haver também o “embranquecimento” do mesmo, embranquecimento esse que está presente nas relações sociais brasileiras desde o projeto de miscigenação e da democracia racial, através dos quais a raça no Brasil foi constantemente negada nos espaços (SILVA, 2000 apud BUJATO; SOUZA, 2020, p. 229).

Ampliando o olhar para o mundo do trabalho e entendendo o setor da universidade como parte de uma organização maior, pode-se refletir também a respeito de um racismo tido como institucional, visto que pelas relações institucionais que se estabelecem – e pelo poder das instituições sob o sujeito. (BUJATO; SOUZA, 2020, p. 231)

Segundo Almeida (2018), as instituições tem uma parcela diante dos comportamentos racistas, visto que em sua maioria é composta por grupos raciais hegemônicos que controlam as relações.

Institucionalmente, o racismo se faz presente (ALMEIDA, 2018), quando segundo Bujato e Souza (2020, p. 232), o mundo do trabalho e o espaço da universidade normatizam e normalizam ações e processos que contribuem para um espaço racialmente hegemônico. Complementam ainda, que no caso dos negros, as posições são demarcadas e desiguais; os espaços são, em sua maioria, subalternizados.

De acordo com Oliveira (2006) pode-se notar que são poucos os negros que têm alcançado a ascensão social através da educação. Gomes, Durães e Brito (2013), destacam que para as mulheres negras, ser professora universitária significa, sem dúvida, uma forma de ascender socialmente. Entretanto, não significa ficar livre da discriminação racial, uma vez que esta se dá no Brasil pela presença da pigmentação

da pele, pelo tipo de cabelo e pelos traços corporais. Traços que não serão eliminados, independente da posição de destaque que as mulheres ocuparão.

Isto posto, é importante destacar que dentro desta perspectiva, o ingresso da mulher negra na docência no Curso de Serviço Social, perpetua o mesmo contexto mencionado. Resultado que pode ser observado com a mensuração feita a partir da sondagem realizada antes de iniciar a pesquisa, para quantificação do número de professoras negras na docência no Curso de Serviço Social em Curitiba-PR.

É oportuno mencionar que a sondagem foi realizada na região de Curitiba-PR, nas instituições que ofertam o Curso de Serviço Social, na modalidade presencial e na Universidade Federal do Paraná (UFPR) que oferta o curso, fora da região de Curitiba. As instituições que participaram deste levantamento de dados foram: Centro Universitário Internacional – UNINTER, Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC, Faculdade Bagozzi, UNIFACEAR e Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Ao analisar o quadro de profissionais disponibilizados pelas instituições, bem como o Currículo Lattes de cada um desses profissionais, observou-se que apenas uma única instituição tem como professora no corpo docente do Curso de Serviço Social uma mulher negra. Porém, essa que se referênciava, é a professora orientadora do presente Trabalho de Conclusão de Curso, o que de certa forma não viabilizaria a pesquisa.

É relevante destacar que com o decorrer da pesquisa, houve a possibilidade de se verificar que ainda existe a herança do racismo estrutural dentro de nossa sociedade. Isso ficou ainda mais evidente quando houve a sondagem inicial da pesquisa e a busca nas plataformas. Vemos assim, que pouco se fala e se escreve sobre a mulher negra, até porque poucas têm a oportunidade de chegar até a docência.

Isto posto, é importante destacar que mesmo com os avanços, não só da categoria, mas também da sociedade, muito se reverbera sobre uma cultura colonial branca, machista, sexista e racista no Brasil. Muito vem se modificando o mercado de trabalho do assistente social, porém, muito ainda precisa ser mudado para que se garanta os direitos das mulheres negras, não só na sociedade, mas também na própria docência.

O mercado de trabalho para os assistentes sociais vem sendo modificado não apenas em relação às demandas e às requisições profissionais; está

revestido de uma intensa precarização das condições e relações de trabalho, e na constituição de novas modalidades de contratação e gerenciamento dessa força de trabalho. (CAMARGO, 2021, p. 495)

Devemos, desta forma, enquanto profissionais, estar sempre atentos aos princípios que norteiam a profissão, para que se possa eliminar todas as formas de preconceito e se incentive o respeito a diversidade, garantindo o pluralismo, através do respeito, além do comprometimento com o aprimoramento intelectual, objetivando que se fale mais sobre o assunto.

O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperança para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar sonhos e concretizá-los dia-a-dia. (IAMAMOTO, 2015, p. 17)

Portanto, a realização da pesquisa de revisão sistemática, foi um caminho muito importante para a pesquisa, oportunizando que se obtivessem resultados, que podem ser verificados a partir de eficiência, eficácia e efetividade. Segundo Baptista (2000, p. 17):

A avaliação da eficácia incide diretamente sobre a avaliação desenvolvida. Tem por objetivo reestruturar a ação para obter, ao menor custo e ao menos esforço, melhores resultados. Deve ser necessariamente crítica, estabelecendo juízos de valor, sobre o desempenho e os resultados que o mesmo propicia. (BATISTA, 2000, p.17)

Ou seja, a eficácia é analisada a partir do estudo da adequação da ação para o alcance dos objetivos e das mesmas previstos no planejamento e do grau em que os mesmos foram alcançados (BATISTA, 2000). Conforme mencionado anteriormente, os resultados da pesquisa foram obtidos a partir da revisão sistemática, que se mostrou a melhor possibilidade para o seu desenvolvimento neste momento e diretamente relacionado a efetividade.

A avaliação da efetividade diz respeito, mais propriamente, ao estudo do impacto do planejado sobre a situação, à adequação dos objetivos definidos para o atendimento da problemática, objeto da intervenção, ou melhor, ao estudo dos efeitos da ação sobre a questão objeto de planejamento. (BATISTA, 2000, p. 199-200)

Deve-se destacar ainda que a “avalição é atribuição do valor sobre o grau de eficiência, eficácia e efetividade de políticas, programas e projetos (...), tem objetivos científicos de ampliar conhecimentos, produzir novos conhecimentos; objetivos

políticos ao identificar dimensões estratégicas para a ação política (...)” (BARREIRA, 2000, p. 33), o que ficou evidente no decorrer da pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Mil nações
Moldaram minha minha cara
Minha voz
Uso pra dizer o que se cala
Ser feliz no vão, no triz, é força que me embala
O meu país
É meu lugar de fala (...)”
(O que se cala – Elza Soares)

A proposta inicial desta pesquisa sempre foi o reconhecimento de um lugar de fala. O fato de deixar de ser objeto de pesquisa e passar a ser o sujeito dela, possibilita a visibilidade de quem não teve a mesma oportunidade de chegar onde eu e poucas de nós, mulheres pretas e pardas tivemos, em um cenário de predomínio da cultura de branqueamento.

Poucas de nós temos a possibilidade se quer de terminar um ensino médio, porque na nossa cultura, se você é negro está a margem de uma sociedade que te invisibiliza de todas as formas que ela pode. Por isso, quando temos essa oportunidade de espaço de fala, devemos usá-lo para falar sobre nós, sobre quem somos, nossas origens e nossas lutas, denunciando sobre o racismo estrutural consolidado n Brasil que é perverso e ainda, tratar da invisibilidade da mulher negra nessa sociedade.

A pesquisa apresentada, portanto, buscou compreender sobre o processo de formação identitária da mulher negra, a partir de sua trajetória desde a formação sócio-histórica e até o racismo estrutural, perpassão por conceitos: como gênero, raça e intercessionalidade; até sua chegada na docência no Curso de Serviço Social, através de uma proposta de revisão sistemática bibliográfica de literatura. Isso porque, como referenciado na pesquisa, a partir de uma sondagem previa antes do desenvolvimento da pesquisa, verificou-se que nenhuma instituição de ensino superior, na modalidade presencial, do curso de Serviço Social na cidade de Curitiba, além da instituição UNINTER, tem uma professora negra integrando o corpo docente do curso.

Isto posto, é importante destacar que o estudo, tendo em vista que a orientadora desta pesquisa, foi o único sujeito de pesquisa encontrado, intencionou identificar as produções/ publicações científicas inerentes a temática envolvendo mulher negra, mercado de trabalho e serviço social. Contudo, com o desenvolvimento

do estudo, outras questões foram se apresentando e também foram respondidas ao longo de todo trabalho.

Neste sentido, constatou-se que dos anos de 2018 a 2022, pouco se escreveu sobre o assunto: mulheres negras na docência e mercado de trabalho. Das dezesseis produções selecionadas com maior relevância para pesquisa, nenhum abordou sobre mulher negra na área da docência em Serviço Social. Apesar disso, é importante destacar que elas possuem relação direta com a temática proposta, portanto, necessárias para compreensão sobre a mulher negra dentro da sociedade, até seu ingresso no mercado de trabalho e chegada na docência em Serviço Social.

Os estudos analisados construíram suas produções utilizando como fonte de dados prioritariamente pesquisas bibliográficas. Observou-se que houve um destaque maior nas pesquisas das categorias de mulher negra e mercado de trabalho, conforme busca de descritores (tabela 4), o que deu mais evidência as tabelas seguintes, demonstrando que estes assuntos têm parecido mais como objeto de pesquisa.

Nas produções, no entanto, ficou evidente que questões como formação sócio-histórica e racismo estrutural, estão presente na maioria dos estudos, havendo quase que um consenso na perspectiva dos autores, quanto a esses assuntos. Ou seja, compreendem que diante da história das relações sociais no Brasil, as diferentes expressões de racismo, existe e do contexto universitário enquanto mundo do trabalho, estão pautadas em relações racionalizadas (BUJATO; SOUZA, 2000).

Deste modo, pode-se perceber que a necessidade da pesquisa, pauta-se em estudos organizacionais, não só para busca de mulheres negras compreenderem suas experiências de vida e seus conflitos, mas também, em conhecer seus espaços de trabalho e seus lugares de fala.

As produções de maneira geral, sinalizaram para elementos diretamente relacionados ao racismo, vão além do que chamamos de estrutural, quando falamos sobre um projeto de uma sociedade colonial branca, que deixa a margem principalmente mulheres negras. Segundo Almeida (2018), discute que um mesmo comportamento racista pode ter faces que se contemplam entre aquilo que é individual, institucional e estrutural.

Deste modo, consideramos que o problema de pesquisa que deu origem ao presente trabalho foi respondido, assim como o objetivo geral: refletir sobre a trajetória

docente de mulheres negras que atuam em faculdades de Serviço Social na modalidade presencial em Curitiba.

Ressaltamos também que para alcançar os resultados dessa pesquisa elencaram-se os seguintes objetivos específicos, sendo eles: compreender a diáspora africana e história das mulheres negras; entender a relação de raça e gênero, a partir da definição da interseccionalidade, trazendo o feminismo negro; realizar uma revisão de literatura sobre a inserção da mulher negra no mercado de trabalho e na docência em Serviço Social no Brasil e apresentar a trajetória docente de mulheres negras que atuam em faculdades de Serviço Social na modalidade presencial em Curitiba.

Consideramos também que os três primeiros objetivos específicos mencionados, foram alcançados no primeiro capítulo. Isso porque, delimitou-se que melhor compreensão e coerência acerca da temática, era necessário trazer os elementos históricos sobre a população negra no Brasil. Para isso, apresentou-se o panorama histórico da diáspora africana, que se inicia com os raptos de africanos e sua chegada ao Brasil. Também buscou-se evidenciar a escravidão no Paraná, tendo em vista, conhecer a história da população negra no Estado e o consequente apagamento da presença de sua mão de obra. O primeiro capítulo, contou ainda com a necessidade de explicar sobre interseccionalidade, raça, racismo estrutural e identidade racial, para que se possa compreender o lugar da mulher negra desde a escravidão até a contemporaneidade.

Sequencialmente, no segundo capítulo buscou-se compreender o processo de racialização dos corpos e a relação de gênero com o mercado de trabalho na contemporaneidade. Constatou-se que mesmo após a abolição da escravatura os brancos continuaram como a raça que domina sobre as outras, e tudo que era diferente do padrão branco ainda é racializado (SANTOS, 2022, p. 63). Neste capítulo, também foram abordadas questões sobre a importância do feminismo negro, com o intuito de demonstrar que o feminismo universalizado, predominantemente branco não envolve todas as pautas necessária na busca de igualdade para as mulheres negras.

Para compreendermos sobre a inserção da mulher negra no mercado de trabalho e na docência em Serviço Social no Brasil e apresentar a trajetória docente de mulheres negras que atuam em faculdades de Serviço Social na modalidade presencial em Curitiba, foi realizada a revisão sistemática de literatura. Sequencialmente, realizou-se a triagem de textos em três plataformas distintas e os

resultados foram apresentados de forma sistematizada em tabelas separadas de acordo com a necessidade da pesquisa.

A partir dos resultados obtidos, é relevante destacar que os últimos objetivos da pesquisa não foram alcançados, uma vez que não se identificou a presença dessas mulheres docentes nessa cidade, a não ser na UNINTER. Fato esse que se repetiu na revisão da literatura, uma vez que, não notados trabalhos que apresentassem a presença de mulheres negras docentes em serviço social. Isto posto, seja de forma quantitativa ou qualitativa, percebemos assim que essa presença continua sendo inviabilizada mesmo em uma categoria profissional que se coloca como progressista e faz o enfrentamento a todas as formas de preconceito e discriminação (ARAUJO, 2022).

Diante disso, a presente pesquisa foi elaborada a partir de uma abordagem histórica, correlacionada com a contemporaneidade, a fim de demonstrar que a história se repete ao longo dos anos através da reprodução dos mesmos comportamentos (SANTOS, 2022, p.64). Portanto, procurou-se abordar o período histórico de forma clara e objetiva, sem mascarar a história dos povos africanos que chegaram ao Brasil, a partir de uma leitura colonial branca, de tal modo não houvessem ponderações sobre a forma que essas pessoas chegaram até aqui.

Observou-se ainda que a mulher negra, no decorrer da história, em uma escala de prioridades da sociedade, ficou sempre em último lugar, sendo aquela que sempre ocupa papéis pré-definidos, o que a torna o outro do outro. E que, portanto, a invisibiliza dentro da sua trajetória histórica na sociedade.

Desta feita, é muito importante destacar que a pesquisadora se identificou com a temática, uma vez que também é uma mulher negra, percorrendo um caminho para a formação no Curso de Serviço Social e se deparou com um número muito baixo de docentes negros, não somente no curso, mas em todo o período de sua construção da sua identidade racial.

Assim sendo, espera-se que a pesquisa contribua para a compreensão do processo da construção da identidade racial da mulher negra e conseqüentemente, da trajetória docente de mulheres negras que atuam em faculdades de Serviço Social na modalidade presencial em Curitiba e mesmo outros cursos. Espera-se que a pesquisa, contribua ainda, para a produção acadêmica sobre a temática e possibilite

assim, novos estudos sobre ela, de tal modo a apoiar a categoria profissional nos debates e projetos que envolvem a mulher negra na contemporaneidade.

Por fim e não menos importante, é oportuno destacar que a pesquisadora, acredita na pesquisa e na sua força, de tal forma a contribuir para a visibilidade do assunto, que ainda precisa ser muito debatido por pessoas pretas e pardas, que conseguem chegar até este espaço de fala. Vislumbando portanto, representatividade, a fim de promover mudanças na sociedade, de tal modo que se alcance um lugar justo para tantas mulheres negras, invisibilizadas ao longo de sua história. Conclui-se, portanto, que a pesquisa, é um pequeno passo, de muitos que devem ser dados diariamente por todos aqueles pesquisadores que ao se deparar com essa temática sentem- se angustiados e com múltiplas inquietações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Ana Verônica de A; SILVA, Edil Ferreira da. Revisão Sistemática sobre Trabalho, Racismo e Sofrimento Psíquico no Contexto Brasileiro. **SciELO. Psicologia: Ciência e Profissão**, 2021 v. 41nspe2, e191716, 1-20. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003191716>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/DbmHzjrLvGbWfZ5ncbtYJTB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 5 nov. 2022.

ALMEIDA, Sheila Dias. SERVIÇO SOCIAL E RELAÇÕES RACIAIS: caminhos para uma sociedade sem classes. **Temporalis**: Rio de Janeiro, v. 15, nº 9, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7182>. Acesso em: 13 jul. 2022.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

ALVES, Christiane Luci Bezerra; ALENCAR, Jaqueline Kelândia Ferreira; PINHEIRO, Valéria Feitosa; MOTA, João Luís do Nascimento. Padrão de inserção da mulher negra no mercado de trabalho nordestino: notas para o período 2005-2014. **Redes**. Revista do Desenvolvimento Regional, v. 25, n. 2, 2020, p. 2713-2736. Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul.

ALVES, Leonardo Dias. **O conceito de racismo institucional no âmbito da formação acadêmico-profissional do serviço social**. Orientador: Leonardo Rodrigues de Oliveira Ortegá. Dissertação (Trabalho de Conclusão de Curso). Curso de Serviço Social: Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2017. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/27444/1/2017_LeonardoDiasAlves_tcc.pdf. Acesso em: 13 jul. 2022.

ALVES, Leandro Dias. **SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO RACIAL: tensionamentos e disputas no processo de formação acadêmico-profissional**. Orientador: Reginaldo Ghiraldelli. 2020. Dissertação (Mestrado). Curso de Serviço Social: título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGPS do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2020. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/38699/1/2020_LeonardoDiasAlves.pdf. Acesso em: 22 jun. 2022.

ARAUJO, Ariella Silva. A MULHER NEGRA NO PÓS-ABOLIÇÃO. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 5, n. 9, p. 22-36, fev. 2013. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/234>. Acesso em: 16 jul. 2022.

Araújo, Raquel Barcelos de. Resenha do texto: Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. Estudos Feministas, n. 10, p. 171-188, 2002, escrito por: CRENSHAW, Kimberlé. Curitiba, 2022.

ASSIS, Cátia da C. L. de. **LIBERDADE SOB CONTROLE: LEI DE EMANCIPAÇÃO E FAMÍLIAS ESCRAVAS**. XVI Encontro Regional de História Anaph-RJ: Saberes e práticas científicas, Rio de Janeiro, ago. 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, p. 229.

BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. **Avaliação Participativa de Programas Sociais**. São Paulo. Editora Veras. 2000.

BARROS, Surya Pombo Aaranovich. Graciliano Fontino Lordão: um professor de “Cor” na Parahyba do Norte. **Revista Brasileira de História da Educação**. v. 18. 2018, p. 2-26. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/bzmnfJJD3zcKdLQQmcpHvvp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 nov. 2022.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.

BOMFIM, Paula. **Conservadorismo moral e Serviço Social**: a particularidade da formação moral brasileira e sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2015.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em:

https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/37478285/Aprendendo_a_entrevistar_como_fazer_entrevistas_em_Ciencias_Sociais-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1664999535&Signature=U9f0HqCOiDGUmOEPQWfxK2LBQVeUAi9QoBlz6c4YEJCKvMEeY8Xo8ZSDeSih2oobHM1-D0yLSgAOcZi0b-XD-G7Mbs8IPiWKzBpV-iXIYXoSQUkX2ODTHX182PsdhDwib2xWP07Ib0teQ6cAp5Yj3KP-PrQB9vPLbO1bS79mY~08Qc-SluZlqkTXSUhd31adY~LgPMfBDU0W2uTI81aaAH~lkP~8CGPd7bdMxnvGM2eSjNC2L0LnQE8guVP0dYx33c3HMAQzupmJwkap5SupNxHPbrb169BL7w9wIXDvxUVy-wfJ8ZI2oWgljujJ9BSa3-MS1KZ0aJtCltmhuN1MZg_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 29 set. 2022.

BORGES, Eduardo; MEDEIROS, Carlos Alberto; D'ADESKY, Jacques. **Racismo, Preconceito e Intolerância**. São Paulo: Editora Atual, 2002.

BUENO, Regina Del. Pesquisa de Campo e a Sondagem de Opinião segundo Minayo, Zimmerman e o Instituto de Pesquisa da Universidade de Michigan. **Abnt ou Vancouver**. 2014. Disponível em: <http://www.abntouvancouver.com.br/2014/03/sondagem-de-opiniao-e-pesquisa-de-campo.html>. Acesso em: 18 out. 2022.

BUJATO, Isabela Ariane; SOUZA, Eloisio Moulin de. O contexto uuniversitário enquanto mundo do trabalho segundo docentes negros: diferentes expressões de

racismo e como elas acontecem. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**: Porto Alegre. Vol 26, n.1, 2020, Jan-abr, p. 210-237. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/read/a/MrpQgCWPYQrvqXFpdWhrfSv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 out. 2022.

CARMARGO, Maria Angelina B. de Carvalho de A. Relações e condições de trabalho do assistente social na atualidade: a proletarização da profissão. *SciELO. Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 142, p. 488-507, set./dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/jq4F8Xsmf8m3nFhFwfW493n/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 5 nov. 2022.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e projetos profissionais**: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil. Campinas: Papel Social, 2013.

CARMO, Nádia A. do; RODRIGUES, O. da Silva. “Minha carne não me define”: a hipersexualização da mulher negra no Brasil. **O Público e o Privado**. n. 40, p. 73-100, set/dez. 2021.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, Raça e Ascensão Social, **Estudos Feministas**, v. 3, n. 02, jul. 1995.

_____. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

_____. Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **GÉLEDES**. São Paulo. Disponível em: <http://arquivo.geledes.org.br/em-debate/sueli-carneiro/17473-sueli-carneiro-enegrecer-o-feminismo-a-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-a-partir-de-uma-perspectiva-de-genero>. Acesso em: 10 out. 2022.

CARVALHO, Ana Paula Comin de; SALAINI, Cristian Jobi; ALLEBRANDT, Débora; MEINERZ, Nádia Elisa; WEISHEIMER. **Desigualdades de gênero, raça e etnia**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2013.

CARVALHO, Flávia M. de. Diáspora africana: travessia atlântica e identidades recriadas nos espaços coloniais. **MNEME – Revista de Humanidades**, Caicó, v. 11, n. 27, p.14-24, dez. 2010.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CLEMENTE, Flavia da Silva; AZEVEDO, Leonardo Ribeiro; CLEMENTE, Márcia da Silva. Gênero e saúde mental: um olhar sobre as mulheres negras professoras universitárias. **Revista Feminismos**: Bahia, v. 8, nº 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42425/23647>. Acesso em: 12 jun. 2022.

COSTA, Dorival da; LIMA, Daniele Sarabia; GOMES, Gisele Ranscoski. **Revisão sitemática de literatura**. Curitiba, 2019.

COSTA, Hilton; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. Notas de História e Cultura Afro-Brasileiras. Ponta Grossa: Editora UEPG/ UFPR, 2007.

COSTA E SILVA, Alberto da. **A enxada a lança: a África antes dos portugueses**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. Disponível em: <https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>. Acesso em 28 set. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao negro. **SCIELO**. Estudo Femininos: 2002, v. 10, n. 1, p. 171-188. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da Recordação e Outros Movimentos**. 5 ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

EURICO, Márcia Campos. A percepção do Assistente Social acerca do racismo institucional. **SCIELO**: Serviço Social Sociedade, São Paulo, n. 114, p. 290-310, abr./jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/8Vhsxg8xGgrBL6GnCjknqyL/?lang=pt#:~:text=Uma%20das%20hip%C3%B3teses%20%C3%A9%20que,a%C3%A7%C3%B5es%20que%20modifiquem%20essa%20realidade>. Acesso em: 10 ago. 2022.

FEIJÓ, Janaína. A mulher negra no mercado de trabalho. **Blog do Ibre**, jul. 2021. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/mulher-negra-no-mercado-de-trabalho>. Acessado em 22/08/2022.

FELIPE, Delton Aparecido. A presença negra na história do Paraná (Brasil): a memória entre o esquecimento e a lembrança. **Revista De História Da UEG**, Maringá, v. 7, n. 1, p. 156-171, set. 2018.

FERREIRA, Melissa D.; JÚNIOR, José Costa; RIBEIRO, Isabelle L. Bitarães. Racismo sem Racistas: Entendendo o Racismo Estrutural. **VIII Seminário de Iniciação Científica do IFMG**, Ribeirão das Neves, ago. 2019.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala – Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48° ed. Recife: Global Editora, 2003.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas. 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008. GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro e Educação: Resignificado e politizando a Raça. Educ. Soc. v.33, São Paulo: 2012.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade**: O Direito como Instrumento de Transformação Social. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2001.

GONZALES, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Coleção 2 pontos; v. 3. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**: São Paulo, 1984, 223-224. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod_resource/content/0/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

_____, Lélia. RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GUIMARÃES, Antonio S. Alfredo. **Raça, cor, cor da pele e etnia**. Caderno de Campos, São Paulo, n. 20, p. 265-271, set. 2011.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko. A mulher na sociedade de classes: inspirações e impactos internacionais. **SciELO. Revista Estudos Feministas**, Florianópolis. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/NYJLfVrTy75xHxTPM7RQhwR/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 05 nov. 2022.

GUTIÉRREZ, Horácio. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. **HISTÓRIA**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 100-122, dez. 2006.

HAACK, Marina Camilo. MATERNIDADE E ESCRAVIDÃO: DISPUTAS, AGÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS. **ANPUH-Brasil 30º Simpósio Nacional de História**, Recife, jul. 2019.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Moderna, 2009. p. 374.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na compemporneidade: trabalho e formação profissional**. 26 ed. São Paulo; Cortez, 2015.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IANNI, Octavio. A Racialização do Mundo. **Tempo Social; Rev. Sociol.** USP, São Paulo, v. 8, n.1, mai. 1996.

KILOMBA, Grada. **A Máscara**. Tradução de Jessica de Oliveira de Jesus. São Paulo. 2010.

_____. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jess Oliveira. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LARA, Ricardo. DIOGO, Pablo Ramon. A herança escravista de longa duração na formação do mercado de trabalho no Brasil. **SciELO. Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 145, p. 72-90, set./dez. 2022 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/qPsw9fGzNmyr4Csk8YVR4Sp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 5 nov. 2022.

LAKATOS, E. M. MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEAL, Giuliana Franco. **Exclusão Social e Ruptura dos Laços Sociais: Análise Crítica do Debate Contemporâneo**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

LEITE, Maria J. dos Santos. Tráfico Atlântico, Escravidão e Resistência no Brasil. **Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana** ano X, n. XIX, p. 64-82, ago. 2017.

LIMA, A. C. da S.; MAGALHÃES, C. S. C. A.; ASSIS, S. M. de; SILVA, S. H. dos S. C. e. O Desafio do Conhecimento. **Revista Eletrônica Inter- Legere**, n. 14, jun. 2014.

LOLE, Ana. Gênero e Formação Profissional em Serviço Social. **O Social em Questão** - Ano XXII - nº 45 - Set a Dez/2019, p. 327 – 348. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_45_art_SL2.pdf. Acesso em: 05 nov. 2022.

MARCONDES, Guilherme; MARQUES. Roberto. Gramáticas do Atlântico Negro: Virgínia Bicudo e Grada Kilomba. **SciELO. Revista Estudos Feministas**, Florianópolis. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/xgZBSPVmpFdRtVx48tZdybb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 nov. 2022.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa um instigante desafio**. 2. ED. São Paulo: Veras, 1999.

MARTINS, Argemiro Cardoso Moreira Martins; MITUZANI, Larissa. Direito das minorias interpretado: o compromisso democrático do direito brasileiro. **SEQUÊNCIA: Publicações do programa de pós-graduação em Direito da UFSC**. Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2011v32n63p319/21068>. Acesso em: 23 abr. 2014.

MARTINS, Lígia Márcia; LAVOURA, Tiago Nicola. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **SCIELO**. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/75VNGFj5PH5gy3VsPNp3L6t/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 20 set. 2022.

MATTAR, Maria Olga. **Raízes da Exclusão**. Dissertação (Doutorado em Sociologia) – Programa de doutorado e livre docência em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. _____. 25 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MEDEIROS, Jussara Marques de; SVIERCOSKI, Valdelei. **O Sabor do saber científico: TCC no Serviço Social**. Curitiba: Intersaberes, 2020.

MORAES, Airton de; ROCHA, R. C. Galdin. **Históriografia e a escravidão africana no Paraná: alguns apontamentos**. **História e Ensino**, Londrina, v. 10, p. 127-144, out. 2004.

MOTA, Y. B. S.; MATOS, T. A. S.; PEREIRA, N. S. da Silva. **A Imagem dos Escravos Como Bens e Riquezas dos Senhores de Engenho: Critérios de Avaliação no Período Colonial**. **XV Encult Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador**, v. 1, ago. 2019.

MOUTINHO, Laura. “Raça”, sexualidade e gênero na construção da identidade nacional: uma comparação entre Brasil e África do Sul. **Caderno Pagu**, v. 23, p. 55-88, set. 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

NATT, Elisângela D. M.; CARRIERI, Alexandre de P. **A Teoria das Representações Sociais e Análise de Conteúdo: Instrumentos que se Complementam na Pesquisa em Administração**. **Cadernos de Estudos Sociais**, Belo Horizonte, v. 2, n. 29, p. 73- 94, jul.-dez. 2014.

NEVES, Isabeli Ramos. **Mulher negra no mercado de trabalho: efeito das discriminações de raça, gênero e classe**. Biblioteca Digital UEL. Londrina, 2020. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000231198>. Acesso em: 05 nov. 2022.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **Significações do Corpo Negro**. Doutorado em Psicologia – Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 1998.

NOGUEIRA, T. A. **O Tanto preto quanto branco, estudos de relações raciais**. São Paulo: Queros Editoria, 1985.

OLIVEIRA, I.de (Org.). **Cor e Magistério**. Rio de Janeiro: Quartet; Niterói, RJ: EDUFF,2006

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **“Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar”;** escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. Campinas, SP, mar. 2008.

PAIVA, João G. de. Trabalho Escravo e Trabalho Livre nos Anúncios de Jornais em Curitiba no Século XIX. **Trabalho de Conclusão de Curso de História UFPR**, Curitiba, jan. 2013.

PANTA, M. A. dos Santos et al. O Pioneirismo Negro no norte do Paraná: Justiniano Clímaco da Silva, o Doutor Preto. **Laboratório de Cultura e Estudos Afrobrasileiros – LEAFRO**, Londrina, p. 1460-1473, abr. 2010.

PERREIRA, Bruna Cristina Jaquetto; COSTA, Joaze Bernardino. O feminismo negro de Patrícia Hill Collins: uma conversa sobre conhecimento, poder e resistência. **SCIELO**. Revista Sociedade e Estado: Brasília, v. 36, n.3. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/7Nm7KmJy6Vc54JmRMSMd7qD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 out. 2022.

PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. Relações Raciais No Brasil E A Construção Da Identidade Da Pessoa Negra. **Pesquisas e Práticas Psicossociais – PPP**, São João Del Rei, v. 9, n. 2, p. 257-266, nov. 2014.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FERNAT, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**: Seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. Tradução: Elcio Fernandes. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

OLIVEIRA, Alice Adriana de; BORBA, Carolina dos Anjos de Borba. Mulheres negras na formação docente: identidade e estratégias de resistência em uma escola pública em Curitiba-PR. **Revista Sociologias Plurais**. v. 7. n. 3. Jul, 2021, p. 233-251. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/sciopl/article/view/82264/44314>. Acesso em: 02 nov. 2022.

OLIVEIRA, Crysia Mayara de et al. A Quebra do Padrão de Beleza: A Aceitação da Mulher Negra na Sociedade. **I Simpósio Internacional de Ensino e Culturas Afrobrasileiras e Lusitanas (SINAFRO)**, Pau dos Ferros – RN, abr. 2018.

OLIVEIRA-b, F. C. de. A presença do negro na formação de Curitiba: diálogos na comunidade escolar. PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência

de Educação. **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE, 2016**. Curitiba: SEED/PR., 2018. V.1. (Cadernos PDE). Disponível em:

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_hist UFPR franciscocardozodeoliveira.pdf. Acesso em 14/07/2022. ISBN 978-85-8015-093-3.

OLIVEIRA, Rayhanna Fernandes de Souza. O LUGAR DO FEMININO NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO SOB A PERSPECTIVA DECOLONIAL: para além do salário e da remuneração. 152 f. Dissertação programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais – Minas Gerais, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1QvG4RdV53sEeuMUVDVoSXINrv2GDbANS>. Acesso em: 29 nov. 2022.

REIS, Marilise L. M. dos. DIÁSPORA COMO MOVIMENTO SOCIAL: A Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diaspora e as políticas de combate do racismo numa perspectiva transnacional. **Tese Programa de PósGraduação em Sociologia Política UFSC**, Florianópolis, abr. 2012.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte, Letramento: Justificando, 2017.

_____. **O Que é Lugar de Fala?**. 4 ed. Feminismos Plurais, São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

_____. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Isabeli Ramos. Política social entre a hegemonia e a dependência. **SciElo. Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 142, p. 386-405, set./dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/B6vYrQthwhwgktkSM7GZ6Zw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 5 nov. 2022.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. **SCIELO**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/8DwmqbJg8ZbFgPCDqbfsWgd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 nov. 2022.

RODRIGUES, Luciana. Negra de pele clara: embranquecimento e afirmação da negritude no Brasil. **SciElo. Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 30(2): e74733. DOI: 10.1590/1806-9584-2022v30n274733. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/nRQkM4Vs7WSVX4TF6tdxhBt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 nov. 2022.

ROTHER, Edna Teresinha. **Revisão Sistemática X Revisão Narrativa**. Editorial Acta Paulista em Enfermagem. São Paulo. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 out. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2.ed.—São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/92006486/Downloads/G%C3%AAnero,%20patriarcado,%20viol%C3%A4ncia%20-%202004.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

SANTOS, Any Kamilla dos. **A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL DA MULHER NEGRA RESIDENTE EM CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA: SOB O OLHAR DO SERVIÇO SOCIAL**. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso – UNINTER, Curitiba, 2022. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/1233/ANY%20KAMILLA%20DOS%20SANTOS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 nov. 2022.

SANTOS, M. H. Lima dos. A Representação da Mulher Negra no Trabalho Domestico. **XIII Encontro Estadual de História – Histórias e Mídias: Narrativas em Disputa**. Bahia, set. 2020.

SILVA, Janaina Guimarães da Fonseca e. Lugones e o escurecer do ensino de história. **SciELO. Revista Estudos Feministas, Florianópolis**, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/srT5vcMQpLXs9iqMGWytB8k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 nov. 2022.

SILVA, Waldinea C. da. Navios Negreiros: Tipologias, Fabricação e Manejo da Carga das Embarcações Utilizadas para o Tráfico de Africanos para o Brasil. **IX Semana de História da UNP**, Natal, n. 66, p. 40-46, abr. 2009.

SILVA-b, Nádia Maria Vieira da. A redenção que não houve: astentativas de branqueamento da população mestiça no Brasil no final do século XIX e inícios do século XX. In: **Revista Digital Simonse**, ano 5, n. 9, p. 134-150, dez. 2018. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen.

SILVA-c, Tainan Maria Guimarães Silva e. O Colorismo e Suas Bases Históricas Discriminatórias. **Revista Direito UNIFACS – Debate Virtual**, Salvador, n. 211, p.1-19, nov. 2017.

SILVA-d, Kathiusy Gomes da. ESCRAVIDÃO, ESCRAVIZADAS E A FAMÍLIA ESCRAVA: MULHER NEGRA NA FORMAÇÃO DA FAMÍLIA ESCRAVA. **XVI Encontro de História da ANPUH-MS**, Mato Grosso do Sul, out. 2018.

SILVA, Maria A. Lima; SOARES, Rafael L. Silva. Reflexões Sobre os Conceitos de Raça e Etnia. **Revista Eletrônica de Culturas e Educação**, Salvador, v. 2, n. 4, p.99-115, nov. 2011.

SILVA, K. G. B. da; SOUZA, F. N. de. A solidão das meninas negras: apagamento do racismo e negação de experiências nas representações de animações infantis. **Revista Eco-Pós**, v. 21, p. 75-96, 2018.

SILVA, C. R. de O. **Metodologia e Organização do projeto de Pesquisa: GUIA PRÁTICO**. Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará – CEFET. Fortaleza CE, 2004.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (org.). **Serviço Social no Brasil: História de resistência e de ruptura com o conservadorismo.** São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Maria Eduarda Ribeiro da. Narrativas de uma mulher educadora/professora negra: constituição identitária e a escrita como combate à invisibilidade. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/9699/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Maria%20Eduarda%20Ribeiro%20da%20Silva.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 nov. 2022.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. **Tradução Revista Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez. 1995. XAVIER, Antonio R.;

TEIXEIRA, Victor Schittini. Interseccionalidade, identidade racial e o dilema do “pardo”: reflexões sobre a identidade racial e heteroclassificação no Brasil. **Revista de Direito: Viçosa**, 2021, v. 13, n. 03, p. 1-19. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/12449/6848>. Acesso em: 20 set. 2022.

VIEIRA, Bianca. MULHERES NEGRAS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: UM BALANÇO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499353872_ARQUIVO_Mulheresnegrasnomercadodetrabalhobrasileiro.pdf.

XAVIER, Lisimere C. do Vale. Colonização e Formação da Sociedade Brasileira: Causas, Características e Consequências. **XI Encontro Cearense de História da Educação – ECHE I Encontro Nacional do Núcleo de História e Memória da Educação – ENHIME**, Fortaleza, GT10 – Educação, Memória e Sociedade, p.1838-1855, jun. 2012.

WESCHENFELDER, Viviane Inês; FABRIS, Elí Terezinha Henn. Tornar-se mulher negra: escrita de si em um espaço interseccional. **SciELO. Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 27(3): e54025. DOI: 10.1590/1806-9584-2019v27n354025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/V5GmfZLb5mKJRZCfKdcvhVL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 nov. 2022.